1034.0
Santos

**ASPECTOS DA CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA MOEDA ESTRANGEIRA**

Ariovaldo dos Santos

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Contabilidade.

Orientador: Prof. Eliseu Martins

DEDALUS - Acervo - FEA

20600026332

São Paulo

1980

75253

AGRADECIMENTOS

- aos professores do curso de pós-graduação, pelos ensinamentos;
- à Diretoria Executiva do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. — IPT, pela concessão de tempo para estudo e realização deste trabalho;
- à Zana, minha mulher, pelo grande incentivo e compreensão nos momentos de ausência;
- aos meus pais, pelo grande estímulo;
- aos colegas do IPT, pelo acompanhamento e colaboração;
- à Srta. Maria Ismenia Sardela e Sr. Eiiti Sato pelo cuidado na edição final e, em especial;
- ao prof. Eliseu Martins pela orientação durante a elaboração do trabalho, meu sincero obrigado.

O AUTOR

1980

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I – *PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE GERALMENTE ACEITOS*

- 1.1 Que são princípios contábeis, 3
- 1.2 Que é necessário para considerar-se um princípio contábil geralmente aceito?, 4
- 1.3 Princípio da Continuidade, 5
- 1.4 Princípio do Custo Como Base de Valor, 5
- 1.5 Princípio de Realização, 6
- 1.6 Princípio de Denominador Comum Monetário, 7

CAPÍTULO II – *CONVERSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS*

- 2.1 Objetivos da conversão, 8
- 2.2 Métodos de conversão, 9
 - 2.2.1 Método Temporal, 10
 - 2.2.2 Método Monetário/Não Monetário, 10
 - 2.2.3 Método Corrente/Não-Corrente, 11
 - 2.2.4 Método da Taxa Corrente, 12
- 2.3 Comentários gerais sobre os métodos de conversão, 12
- 2.4 Critérios para conversão, 13
- 2.5 Ganhos e perdas na conversão, 14
- 2.6 Exemplo simplificado, 14

CAPÍTULO III – *SISTEMÁTICA DE CORREÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTADA NO BRASIL*

- 3.1 Evolução histórica, 17
- 3.2 Sistemática atual, 19
- 3.3 Índice utilizado, 20

CAPÍTULO IV – *CORREÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS*

- 4.1 Introdução, 24
- 4.2 Influência da mudança do nível de preços sobre as informações contábeis, 25
- 4.3 Itens monetários, 26
- 4.4 Itens Não-Monetários, 28
- 4.5 Ganhos e perdas nos itens monetários, 29
- 4.6 Escolha do índice, 29
- 4.7 Princípios contábeis versus correção pelo Índice Geral de Preços, 30
- 4.8 Exemplo simplificado, 31

CAPÍTULO V – *SISTEMÁTICA PROPOSTA DE CONVERSÃO*

- 5.1 Introdução, 34
- 5.2 Exemplo prático, 38
- 5.3 Análise das demonstrações financeiras, 79
 - 5.3.1 Quocientes de liquidez, 79
 - 5.3.2 Retorno sobre o patrimônio líquido, 80
 - 5.3.3 Quociente de endividamento, 80
- 5.4 Correção pelo índice norte-americano de preços por atacado, 82

CAPÍTULO VI – *PROBLEMAS CONTÁBEIS DA MAXIDESVALORIZAÇÃO DO CRUZEIRO*

- 6.1 Comentários gerais, 89
- 6.2 Maxidesvalorização e o problema de sua contabilização, 90
- 6.3 Variação cambial e o índice geral de preços, 92

CONCLUSÕES, 94

ABSTRACT, 96

BIBLIOGRAFIA, 97

ASPECTOS DA CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA MOEDA ESTRANGEIRA

INTRODUÇÃO

A conversão das demonstrações financeiras tornou-se indispensável à medida que as grandes empresas passaram a se instalar e operar em outros países, vindo a se constituir nas hoje chamadas multinacionais. Esses diferentes países vêm obviamente acompanhados de diferentes moedas, fato que passou a exigir métodos e critérios contábeis uniformes para que as empresas investidoras, ao avaliar seus resultados, o fizessem de forma consolidada, isto é, que os resultados da empresa investidora pudessem ser somados ou subtraídos aos resultados das demais empresas do grupo.

Essa necessidade de consolidação das demonstrações financeiras do grupo, exigiu a adoção de critérios uniformes de conversão para uma única moeda, geralmente a do país da empresa líder.

Nos Estados Unidos muito se tem escrito a respeito do assunto e hoje o *Statement of Financial Accounting Standards n.º 8*, editado pelo *FASB – Financial Accounting Standards Board*, publicado em outubro de 1975, normaliza praticamente tudo a respeito de conversão das demonstrações financeiras.

Nosso trabalho tem a finalidade de analisar e demonstrar as distorções provocadas pela variação do nível de preços sobre as demonstrações financeiras e propor uma forma, que julgamos mais adequada, de conversão, efetuada após a correção das demonstrações históricas. Utilizaremos neste trabalho as moedas cruzeiro e dólar, por entendermos serem elas as mais usuais em nosso país.

Com vistas a esses objetivos, nos dois primeiros capítulos trata-se, de forma resumida, os princípios de contabilidade geralmente aceitos e a sistemática de conversão das demonstrações financeiras. Para os princípios contábeis demonstra-se o que são, e o que é necessário para um princípio de contabilidade ser geralmente aceito; em seguida alguns princípios são relatados de forma a dar base de sustentação teórica ao trabalho. Para a conversão das demonstrações financeiras são discutidos os métodos mais utilizados pelas empresas que se servem dessas demonstrações.

No capítulo três analisa-se a sistemática de correção utilizada no Brasil, isto após uma breve revisão histórica. Muito mais como forma de cooperação demonstra-se algumas deficiências ainda existentes no sistema atualmente em vigor.

No capítulo quatro é discutida a correção das demonstrações financeiras pela técnica do Nível de Preços (*Price-Level Accounting*). Demonstra-se nesse capítulo a influência das mudanças nos níveis de preços sobre as informações contábeis; análise de problemas como por exemplo a escolha de um índice; e ainda a correção pelo nível geral de preços em relação aos princípios de contabilidade geralmente aceitos.

No capítulo cinco apresenta-se um exemplo prático do que se está propondo, ou seja, a conversão das demonstrações financeiras para moeda estrangeira após a correção pelo Índice Geral de Preços das informações contábeis históricas. Nesse capítulo demonstra-se, de forma que entendemos bastante didática, os critérios de correção e conversão.

Finalmente no capítulo seis, após breves comentários sobre a política de miniajustamentos da taxa cambial, são apresentados os aspectos contábeis que surgem ou podem surgir quando da efetivação de uma maxidesvalorização cambial.

Aos leitores em geral e em especial aos estudiosos de contabilidade, queremos ressaltar que este trabalho não pretende, de forma alguma, liquidar com toda e qualquer dúvida a respeito da melhor forma de se efetuar a conversão de demonstrações financeiras. Muito pelo contrário, sabemos que o método proposto está sujeito a críticas, mas temos plena certeza que é um primeiro passo para se estudar a passagem para um outro método, que julgamos possa ser ainda mais eficiente, qual seja, o método de conversão após efetuar-se a transformação das informações a custos históricos em custos correntes corrigidos pelo índice geral de preços.

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE GERALMENTE ACEITOS

Os princípios contábeis são a base de sustentação de toda a teoria e dos processos de contabilidade, e a seguir analisar-se-ão, de forma simplificada, aqueles princípios que mais de perto estão afetos à conversão das demonstrações financeiras.

Antes de relacionar-se tais princípios, faz-se necessário esclarecer o que são os princípios de contabilidade e o que é necessário para considerar-se um princípio contábil geralmente aceito.

1.1 — Que são Princípios Contábeis?

A este respeito o prof. Sergio de Iudicibus em *Contribuição a Teoria dos Ajustamentos Contábeis* assim se expressa: *Princípios Contábeis podem ser conceituados como sendo as premissas básicas acerca dos fenômenos econômicos contemplados pela contabilidade, premissas que são a cristalização da análise e observação da realidade econômica. (1)*

1. IUDICIBUS, Sergio de, *Contribuição a Teoria dos Ajustamentos Contábeis*, Ed.FEA—USP, São Paulo, 1966, pag.25.

As entidades com ou sem fins lucrativos são basicamente onde a contabilidade tem sua atuação mais efetiva, procurando mostrar o que ocorre durante o período de existência da entidade, em sua estrutura patrimonial e financeira.

Note-se que a existência da entidade pode ser afetada pelas decisões diretas dessa mesma entidade, por decisões externas, ou ainda por variáveis externas que fogem do controle da administração da entidade. Como exemplo dessas variáveis externas pode-se citar a inflação.

Tudo isto compõe uma realidade econômica que é bastante complexa, e os observadores analisarão e concluirão sobre seu funcionamento. Quando as conclusões são aceitas pela classe contábil, tornam-se princípios que deverão ser seguidos e praticados atentamente.

Obviamente se os princípios contábeis estão estritamente relacionados com a realidade econômica eles devem ser observados à sua luz. Isto significa dizer que os princípios de contabilidade devem ser constantemente avaliados e modificados quando começam a distanciar-se da realidade econômica.

Poucos países tem se preocupado em observar os princípios contábeis à luz da realidade econômica e isto faz com que alguns dos princípios institucionalizados em épocas passadas e desconexos com a realidade atual, ainda estejam sendo utilizados.

1.2 – Que é necessário para considerar-se um princípio contábil geralmente aceito?

Para um princípio de contabilidade ser geralmente aceito, necessita ser estudado, conhecido e aprovado pelo consenso profissional e além de tudo ser reconhecido como útil, objetivo e exequível.

A utilidade de um princípio contábil pode gerar enormes discussões mas deve-se ter em mente, quando se discute se um princípio é ou não útil, os objetivos que serão alcançados através da utilização dos relatórios contábeis e financeiros que serão gerados. Por exemplo: demonstrações financeiras avaliadas ao custo histórico, em economia inflacionária, podem nada significar para um investidor em potencial.

Algumas outras restrições como excesso de conservadorismo, custo dos sistemas de informação contábil, normas fiscais estabelecidas pela legislação (p. ex. provisão para devedores duvidosos limitada, como regra geral, a 3%; tabela fixa das taxas de depreciação para os bens do ativo imobilizado, etc.), tem levado os contadores a considerar mais a objetividade e a exequibilidade de um princípio contábil em detrimento da utilidade. Por exemplo: demonstrações financeiras levantadas a custo de reposição podem ser de

grande utilidade mas, além de haver perda na objetividade o grau de dificuldade na elaboração de tais demonstrativos também aumenta.

1.3 – Princípio da Continuidade

Deve-se considerar que a entidade vai continuar operando indefinidamente em circunstâncias normais. Se houver evidência de que a entidade não continuará em sua existência (por exemplo: quando existem grandes e frequentes prejuízos, ou iminência de liquidação), os princípios de contabilidade não seriam aplicados e o contador tem a responsabilidade de informar tal fato aos leitores.

A continuidade supõe alguma ligação entre o passado e o futuro, consumos, poupanças, reinvestimentos etc, demonstram que a contabilidade deve ver a empresa em movimentação constante, isto é, pressupor sua continuidade.

Essa premissa é muito importante pois oferece condições de avaliação ao sistema de contabilidade. Não se pode avaliar uma empresa que tem sua continuidade prevista utilizando-se os mesmos critérios de avaliação aplicados para uma empresa em liquidação (valor de realização, valor de venda). Para a avaliação de uma empresa, a contabilidade se utiliza do valor de entrada ou valor de custo (custo histórico, custo histórico corrigido, custo de reposição etc.)

Em resumo, segundo o prof. Sergio de Iudicibus *Continuidade* pode ser enunciada da seguinte forma: *As entidades, para efeito de contabilidade, são consideradas como empreendimentos em andamento (going concern), até circunstância esclarecedora em contrário, e como tais, seus ativos devem ser avaliados de acordo com a potencialidade que tem de gerar benefícios futuros para a empresa, na continuidade de suas operações, e não pelo valor que poderíamos obter se fossem vendidos como estão. . . (no estado em que se encontram) (2).*

1.4 – Princípio do Custo Como Base de Valor

Este princípio, também conhecido como *Princípio do Custo Histórico Como Base de Valor*, determina que os elementos do ativo sejam registrados contabilmente pelo custo de aquisição e/ou custo incorrido na sua fabricação.

2. IUDICIBUS, Sergio de, *Teoria da Contabilidade*, 1980, pg. 50.

Hoje no Brasil, por exemplo, a legislação admite a *restauração* desses custos através de correção aplicada aos itens do ativo permanente e patrimônio líquido, utilizando-se a variação do poder aquisitivo das ORTN'S (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional). Vale ressaltar que tal correção, através das variações das ORTN'S, não desatende ao princípio do Custo Como Base de Valor, apenas *aproxima* as demonstrações financeiras à nossa realidade.

Obviamente, se a legislação não possibilitasse a correção através dos índices das ORTN'S e a contínua flutuação de preços persistisse, as informações geradas pela contabilidade seriam praticamente de nenhum valor.

Entendemos que este princípio deverá ser objeto de análise de estudiosos, que com certeza deverão fixar um tipo mais importante de custo, gerando consequentemente informações contábeis mais valiosas.

1.5 – Princípio da Realização

O princípio da realização determina que a receita seja reconhecida no período contábil em que é realizada, isto é, na data em que bens ou serviços são fornecidos ao cliente em troca de dinheiro ou qualquer outro ativo. Em geral, para serviços reconhece-se a receita no período efetivo da prestação dos serviços; já para produtos reconhece-se as receitas quando os produtos são entregues ou colocados à disposição do cliente.

Importante é salientar que o conceito acima deve ser tomado como regra geral e como tal tem suas exceções. Por exemplo: reconhecimento da receita no momento da produção, independentemente de comercialização, para os produtos agrícolas que tem preços mínimos garantidos pelo governo. Ressalve-se que a fixação de preços mínimos é efetuada por existir dificuldade de se apurar o custo e também pela grande diferença entre o custo e o valor de mercado.

Outra exceção que ainda poder-se-ia citar é o caso de certos tipos de venda a prestação onde a receita é reconhecida no momento do recebimento efetivo (regime de caixa) e não no momento da venda ou entrega da mercadoria ao cliente.

Um ponto extremamente delicado que deve ser salientado é a diferença de enfoque que a Economia dá ao processo de produção e distribuição de produtos. No enfoque econômico o valor adicionado aos fatores de produção acumula-se ao longo do processo produtivo e de distribuição, gerando resultados positivos ou negativos durante esse processo. Na contabilidade isto seria muito difícil de ser mensurado, pois apurar-se o resultado antes da efetivação da venda, exigiria grande grau de subjetivismo. Ressalve-se que

isto não invalida de forma nenhuma o conceito econômico.

Há que se considerar ainda os ganhos de especulação auferidos durante um determinado período e que só serão reconhecidos no momento da venda do produto ou serviço. Isto se acentua ainda mais em períodos inflacionários.

Finalizando, pode-se concluir que este princípio não pode ser aceito em sua totalidade pois as considerações feitas leva-nos a ver suas restrições.

1.6 — Princípio do Denominador Comum Monetário

Este princípio é de grande importância para a contabilidade, pois nele se inserem dois aspectos, a saber:

O primeiro aspecto diz que a contabilidade deve considerar apenas fatos avaliáveis monetariamente, o que parece inevitável, pois, imagine-se que a contabilidade devesse registrar o estado de saúde de seu presidente, ou ainda registrar que o diretor financeiro e o diretor comercial não estão em *sintonia*, isto seria extremamente difícil e exigiria grande grau de subjetivismo.

O segundo aspecto considera a unidade monetária como um padrão de mensuração uniforme, o que de nenhuma forma pode ser aceito, pois, as variações de poder aquisitivo da moeda são reais e não podem ser ignoradas.

Isso leva a crer que ao menos os balanços históricos devessem ser corrigidos monetariamente, oferecendo desta forma condições para melhores avaliações e comparações entre os diversos exercícios da empresa.

CAPÍTULO II

CONVERSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – *Objetivos da Conversão*

No início da década de 70 o dólar desvalorizou-se por duas vezes e posteriormente perdeu sua posição no mercado mundial como a moeda mais estável até então existente.

Essa mudança no comportamento do dólar obrigou os contadores e estudiosos da contabilidade a redefinirem novos métodos e objetivos para a conversão das demonstrações financeiras.

Após muito estudo a respeito deste assunto o FASB fixou os seguintes objetivos: (3)

- a) Apresentação de demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos que seriam aplicáveis se todos os

3. FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD – FASB, *Statement of Financial Accounting Standards n.º 8*, Outubro de 1975, pg. 3.

ativos, passivos, receitas e despesas tivessem sido medidos e registrados em dólares.

- b) Ter uma única unidade de medida para as demonstrações que incluam montantes estrangeiros traduzidos, isto é, não só expressar em dólares os ativos, passivos, receitas e despesas que sejam medidos ou denominados em uma moeda estrangeira, mas também medi-los em dólares.

Em outras palavras, quando se converte demonstrações financeiras, o objetivo é medir e expressar em dólares os ativos, passivos, receitas e despesas já medidos e expressos em cruzeiros, em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos.

Segundo os padrões de conversão fixados pelo FASB n.º 8 a medição de ativos, passivos, receitas e despesas em dólares não deve alterar as bases de medição de ativos e passivos nem tão pouco os momentos de reconhecimento de receitas e despesas estabelecidas pelos princípios de contabilidade geralmente aceitos. Isto significa dizer que a conversão de demonstrações financeiras deve alterar a *unidade de medida* mas não deve alterar os princípios de contabilidade geralmente aceitos.

Para se atingir os objetivos fixados para a conversão de demonstrações financeiras às transações registradas devem ser aplicados os seguintes critérios:

- a) todos ativos, passivos, receitas e despesas devem ser convertidos em dólares, utilizando-se a taxa de câmbio em vigor na data da transação;
- b) na data de balanço, os saldos de numerários e montantes devidos pela empresa ou para a empresa serão convertidos pela taxa corrente;
- c) na data de balanço, os ativos registrados pelo valor de mercado serão convertidos pelo seu valor à taxa corrente do dólar.

2.2 – Métodos de Conversão

Tendo sido fixados os objetivos da conversão das demonstrações financeiras, o FASB passou a preocupar-se com o método que poderia com mais eficiência atingí-los. As diferenças básicas dos métodos utilizados estão na aplicação das taxas de câmbio, his-

tórica ou corrente, às várias contas dos ativos e passivos.

Existem diversos métodos de conversão das demonstrações financeiras, dentre os quais estudar-se-ão os mais comumente utilizados, que são os seguintes:

- a) Temporal
- b) Monetário/Não-Monetário
- c) Corrente/Não-Corrente
- d) Taxa Corrente

2.2.1 – Método Temporal -

Este método é o de maior aceitação e o mais utilizado dentre o consenso profissional e alcança um dos principais objetivos da conversão que é o de manter as bases de medição dos itens das demonstrações financeiras, isto é, converter os ativos e passivos escriturados a preços passados ou correntes, mantendo desta forma os princípios contábeis utilizados para medir tais demonstrações. Por exemplo: a aquisição de um ativo imobilizado, seguindo-se os princípios de contabilidade, deve ser registrada pelo seu custo histórico; para a conversão dessa aquisição deve-se utilizar seu valor histórico e sua respectiva taxa de câmbio.

Como se verá no item 2.2.2, os procedimentos de tradução para aplicação do método temporal podem ser iguais aos aplicados ao Método Monetário/Não-Monetário.

O método Temporal também apresenta algumas semelhanças com o Método Corrente/Não-Corrente mas, as principais exceções são as traduções dos ativos correntes registradas ao custo histórico (estoques e despesas antecipadas), exigíveis de longo prazo e valores a receber de longo prazo.

2.2.2 – Método Monetário/Não-Monetário -

Os resultados deste método podem coincidir com os do método Temporal, isto porque em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, os ativos e passivos monetários são geralmente mensurados pelos montantes que pertencem a data do balanço; por outro lado os ativos e passivos não monetários são mensurados geralmente aos preços em vigor quando de suas respectivas aquisições.

Essa coincidência de resultados é somente devida aos atuais princípios contábeis geralmente aceitos, pois os ativos e passivos são medidos em bases que coincidem com a

classificação monetário/não-monetário.

Os resultados apresentados pelos dois métodos poderiam ser bem diferentes se os princípios contábeis exigissem medições diferentes dos preços de aquisição ou preços incorridos para os ativos e passivos monetários.

Outro problema que o método monetário/não-monetário pode apresentar é a confusão gerada quando, por exemplo, uma empresa faz um investimento em ações de outra empresa, em caráter permanente. Suponha-se o seguinte: Uma empresa brasileira adquire Cr\$ 15.000 em ações de outra empresa quando a taxa do dólar era Cr\$ 15, isto é, um investimento equivalente a US\$ 1.000. Se o investimento for registrado ao preço de custo será tratado como item não monetário e portanto traduzido a taxa histórica. Porém, se o investimento for registrado ao preço de mercado gerará resultados incoerentes, pois, a simples alteração da taxa do dólar, aumentando ou diminuindo, provocará reflexos no valor dos investimentos.

2.2.3 – Método Corrente/Não-Corrente

Neste método a classificação contábil é utilizada como base de medição. Dessa forma no método corrente/não-corrente diferentes tipos de ativos e passivos podem ser medidos da mesma forma, mas classificados de forma diferente, ou classificados do mesmo modo mas medidos diferentemente. Exemplificando, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos, tanto inventários como imobilizado técnico são medidos pelo custo histórico, mas os inventários são classificados como ativo corrente e os imobilizados como ativo não corrente. Isto demonstra a fraqueza do método, pois a conversão das demonstrações financeiras deve ater-se a medição e não a classificação dos itens registrados na contabilidade. As características dos itens de ativo e passivo utilizadas para a classificação não devem ser consideradas relevantes para a escolha da taxa de conversão.

Suponha-se, para exemplificar, uma dívida de longo prazo. Uma empresa no Brasil, com matriz nos Estados Unidos, contrata um empréstimo de 120.000 marcos alemães quando a taxa do marco é igual a Cr\$ 5,00 e a taxa do dólar igual a Cr\$ 12,00. Essa dívida, no momento da contratação, é igual a Cr\$ 600.000 e equivalente a US\$ 50.000. Admitindo-se que na data do balanço a taxa do marco seja igual a Cr\$ 7,00 a dívida em cruzeiros será igual a Cr\$ 840.000, ; se a taxa do dólar nesse momento for igual a Cr\$ 15,00 ter-se-á uma dívida, expressa em dólares igual a US\$ 56.000. Ora, este resultado é bastante diferente se for considerado o método corrente/não-corrente, pois por este método, como a dívida de longo prazo não é passivo corrente, ela seria apresentada pela taxa histórica, isto é,

US\$ 50,000 . .

2.2.4 — Método da Taxa Corrente

Os partidários deste método defendem a conversão com a utilização da taxa cambial vigente na data da conversão. Dentre os quatro métodos discutidos, este é o que provoca a variação mais sensível no que se refere a prática atual de conversão das demonstrações financeiras.

O FASB não concorda com este método pois, contraria os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos. Ativos e passivos que normalmente são medidos a custos históricos, se forem convertidos a taxa corrente poderão provocar distorções nas demonstrações financeiras em dólar, já que o Princípio do Custo Como Base de Valor ou Custo Histórico estará sendo desviado, ou não seguido.

Para os defensores deste método, o custo histórico de qualquer ativo adquirido por uma empresa estrangeira só pode ser medido na moeda desse país, não sendo possível medi-lo em dólar. Afirmam eles que o resultado de uma tradução histórica em valores maiores ou menores que os obtidos pela conversão do custo histórico, é resultante de revisão matemática e absoluta na taxa e não provoca desvio no princípio do custo histórico; para os defensores do método da taxa corrente o único custo histórico é o expresso em moeda estrangeira e esse custo não mudou.

O FASB rejeita essa posição, pois, acredita que um ativo expresso em qualquer moeda estrangeira sempre poderá ter seu valor equivalente em dólares. Para o FASB os ativos em países estrangeiros podem ser adquiridos indiretamente em dólares, trocando-se quantidade suficiente de moeda estrangeira num mercado externo.

2.3 — Comentários Gerais sobre os Métodos de Conversão

O FASB sugeriu a utilização do método Temporal, pois segundo os objetivos e conceitos pré-estabelecidos este é o que apresenta menor grau de vulnerabilidade.

Mesmo assim, algumas críticas são feitas ao método Temporal. Por exemplo, o reconhecimento de ganhos e perdas na conversão é controvertido e considerado por alguns como prematuro. Fato esclarecedor desta afirmação é o caso da **SEA CONTAINERS** que apresentou em 1975, lucros de 5,98 por ação. Alegou a referida empresa que 1,23 desse total não haviam sido realizados através de seu fluxos de caixa, pois referiam-se exclusivamente a ganhos de conversão não realizados financeiramente, e isto consequentemente

falseava os dados para quem analisasse suas demonstrações financeiras.

Outro aspecto também criticado no método Temporal, refere-se ao custo de elaboração da conversão das demonstrações. As empresas de produtos químicos alegam que, para contabilizar seus estoques segundo os preceitos estabelecidos pelo FASB n.º 8, poderão ter que aumentar seus custos em programações adicionais de computador, além da contratação de pessoal. Segundo essas empresas, cada lote de estoque requererá registros com datas de produção e suas respectivas taxas de câmbio, gerando custos adicionais ao sistema de controle existente.

Mesmo com essas ressalvas, além de outras de menor relevância, o FASB recomendou a utilização do método temporal, pois entendeu que tal método é de maior utilidade para se alcançar os objetivos da conversão, quando comparado com os demais métodos apresentados.

2.4 – Critérios para Conversão

A seguir apresenta-se uma tabela prática que indica a que taxas devem ser convertidas as contas das demonstrações financeiras. Os critérios utilizados para sua elaboração são os estabelecidos pelo Método Temporal que é o recomendado pelo FASB.

	<i>TAXA CORRENTE</i>	<i>TAXA HISTÓRICA</i>
ATIVO		
Caixa e Bancos	X	
Outras disponibilidades	X	
Títulos negociáveis:		
registrados pelo custo		X
registrados p/valor de Mercado	X	
Contas a receber	X	
Provisão para Dev. Duvidosos	X	
Títulos Descontados	X	
Estoques:		
registrados pelo custo		X
registrados p/valor de mercado	X	
Despesas antecipadas		X
Imobilizado		X
Depreciação Acumulada do Imobilizado		X
Diferido		X
Amortização Acumulada do Diferido		X
PASSIVO		
Contas a Pagar	X	
Saques em contas Garantidas	X	
Títulos e Impostos a Pagar	X	
Receitas Antecipadas		X
Dívidas de Longo Prazo a Pagar	X	

2.5 – Ganhos e Perdas na Conversão

Ganhos e Perdas na conversão de demonstrações financeiras de empresas estrangeiras, medidas em dólares, são consequência da variação da taxa entre a moeda estrangeira e o dólar. Isto significa dizer que qualquer alteração na taxa entre o dólar e a moeda estrangeira, na qual ativos e passivos monetários são medidos, resultará em ganho ou perda na conversão, desde que para a conversão esteja sendo utilizado o dólar como unidade de medida.

Esses ganhos e perdas são calculados, em geral, ao final do período, após a conversão de todas as contas das demonstrações financeiras. Efetuada a conversão, a diferença entre os patrimônios líquidos, inicial e final, ajustados de, por exemplo, aumentos e reduções de capital e distribuição de dividendos, será o resultado do período apresentado pela demonstração de resultados, mais (ou menos) os ganhos (as perdas) na conversão.

Outra forma prática para o cálculo dos ganhos e perdas na conversão é considerar-se o saldo dos itens monetários, em dólares, adicionandos ou diminuídos de sua variação líquida ocorrida durante o período. O montante resultante dessa operação deverá ser comparado com o saldo final dos itens monetários e a diferença será ganho ou perda na conversão.

Destaque-se que o FASB é de opinião que os ganhos e perdas na conversão devem ser incluídos na determinação do resultado líquido do período em que houver a modificação da taxa.

No item seguinte apresentar-se-á um exemplo simplificado, utilizando-se o método temporal de conversão e demonstrando-se as formas práticas de cálculo dos ganhos e perdas na conversão sobre os itens monetários.

2.6 – Exemplo Simplificado

Suponha-se uma empresa de prestação de serviços, constituída no início do período de 197X, com capital inicial, totalmente integralizado em dinheiro, no valor de Cr\$ 250.000, quando a taxa do dólar era igual a Cr\$ 25,00.

BALANÇO INICIAL DE 197X		
ITENS	Cr\$.	US\$.
Disponibilidades	<u>250.000,</u>	<u>10.000.</u>
Ativo	<u>250.000,</u>	<u>10.000.</u>
Capital	<u>250.000,</u>	<u>10.000.</u>
Passivo	<u>250.000,</u>	<u>10.000.</u>

No início do período foi adquirido um terreno no valor de Cr\$ 150.000, com pagamento efetuado em dinheiro. Ao final do período, bem próximo a data do Balanço, foram realizadas receitas de Cr\$ 150.000, e efetuadas despesas de Cr\$ 120.000, , ambas em dinheiro. Admitindo-se a taxa de dólar igual a Cr\$ 30,00, para o final do período, tem-se:

BALANÇO FINAL DE 197X

<i>ITENS</i>	<i>Cr\$.</i>	<i>TAXA DO DÓLAR</i>	<i>US\$.</i>
Disponibilidades	130.000,	30,00	4,333.
Terrenos	<u>150.000,</u>	25,00	<u>6,000.</u>
Ativo	<u>280.000,</u>		<u>10,333.</u>
Capital	250.000,	25,00	10,000.
Lucros Acumulados	<u>30.000,</u>		<u>333. (1)</u>
Passivo	<u>280.000,</u>		<u>10,333</u>

(1) — *Lucros Acumulados* — Calculados pela diferença aritmética entre o ativo total e o Capital.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 197X

<i>ITENS</i>	<i>Cr\$.</i>	<i>TAXA DO DOLAR</i>	<i>US\$.</i>
Receitas de Serviços	150.000,	30,00	5,000.
Despesas Operacionais	<u>120.000,</u>	30,00	<u>4,000.</u>
Lucro Bruto	30.000,		1,000.
Perda na Conversão	<u>—</u>		<u>667. (2)</u>
Lucro Líquido A.I.R.	<u>30.000,</u>		<u>333.</u>

Para efeito de simplificação do exemplo, deixou-se de efetuar as correções do ativo permanente e patrimônio líquido, estabelecidas pela legislação brasileira, mesmo porque seus resultados não são considerados na conversão.

(2) — *Perda na Conversão*

1a. *Forma — Tomando-se os valores em dólares e considerando-se:*

PLI = Patrimônio Líquido Inicial

Δk = Variações de Capital
 RP = Resultado do Período Antes da Perda na Conversão
 PC = Perda na Conversão
 DD = Distribuição de Dividendos
 PLF = Patrimônio Líquido Final

Tem-se $PLI \pm \Delta k \pm RP - DD - PLF = PC$
 Logo $PC = 10,000. + 1,000. - 10,333.$
 $PC = 667$

2a. Forma — Tomando-se os valores em dólares e considerando-se:

SIIM = Saldo Inicial de Itens Monetários
 R = Receitas
 D = Despesas
 AI = Aquisição de Imobilizado
 ΔOIM = Outras Variações nos Itens Monetários
 PC = Perda na Conversão
 SFIM = Saldo Final de Itens Monetários

Tem-se: $SIIM + R - D - AI \pm \Delta OIM - SFIM = PC$
 Logo

		US\$
S.I.I.M.	=	10,000.
+ R	=	5,000.
(-) D	=	(4,000)
(-) AI	=	<u>(6,000)</u>
Saldo que <i>deveria</i> haver	=	5.000
S.F.I.M.	=	<u>(4.333)</u>
Perda na conversão		667

CAPÍTULO III

SISTEMÁTICA DE CORREÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ADOTADA NO BRASIL

3.1 — Evolução Histórica

Visando corrigir ou minimizar as distorções causadas às demonstrações financeiras, pela perda do poder aquisitivo da moeda, o governo, através de Lei n.º 4357 de 16 de julho de 1964, *tornou compulsória* a Correção do Ativo Imobilizado para as pessoas jurídicas. Ressalte-se que a Lei n.º 3470 de 28 de novembro de 1958 já permitia a correção do ativo imobilizado.

A Lei n.º 4357 e toda sua regulamentação tinham, em resumo, três pontos básicos:

- 1.o) ao custo de um ativo imobilizado dever-se-ia aplicar o coeficiente de correção fixado para o ano de aquisição ou fabricação do referido bem;
- 2.o) as depreciações ou amortizações desse bem eram corrigidas pelos índices dos anos de suas respectivas contabilizações;
- 3.o) o resultado apurado através dos itens acima constituía a Reserva de Correção

Monetária do Ativo Imobilizado.

Esta forma de correção era bastante simplista e apresentava algumas falhas, dentre as quais pode-se destacar:

- a) a aplicação de coeficientes anuais provocava a utilização de um mesmo índice de correção para itens adquiridos em meses diferentes, dentro de um mesmo ano. Ora, isto podia provocar defasagem de até um ano, pois, itens adquiridos em janeiro e dezembro de um mesmo ano tinham o mesmo índice de correção;
- b) a correção da depreciação era efetuada utilizando-se índices fixados para os anos em que a depreciação era contabilizada. Isto provocava sensível desproporção entre os valores de custo do ativo e sua depreciação histórica e o valor corrigido do ativo e sua respectiva depreciação;
- c) outra falha que também provocava considerável defasagem, nessa forma de corrigir o ativo imobilizado, era a obrigatoriedade de se registrar o resultado da correção após o encerramento do balanço; isto gerava balanços onde os ativos imobilizados eram demonstrados com defasagem de pelo menos um ano.

Posteriormente, através do Decreto Lei n.º 401 de 30 de dezembro de 1968, o governo autorizou a constituição da Reserva para Manutenção do Capital de Giro, que deduzia dos resultados das empresas parcela relativa a perda do poder aquisitivo da moeda. Esta legislação também apresentava algumas falhas, dentre as quais pode-se citar:

- a) a constituição dessa reserva era limitada a 20% do lucro da empresa, o que em alguns casos podia constituir-se em valor irrelevante quando comparado com o real;
- b) a base de cálculo dessa reserva era o capital de giro no início do período e consequentemente não considerava suas variações durante o período. Isto implicava, por vezes, em não considerar variações relevantes ocorridas durante o período;
- c) essa legislação não considerava a correção do capital de giro, quando este fosse negativo, e isto deixava de considerar efeitos reais da inflação sobre as demonstrações financeiras.

Em 1973, com a publicação do Decreto Lei n.o 1302, de 31 de dezembro, nova forma de se calcular a correção do imobilizado foi determinada e isto corrigiu a falha apresentada no critério anterior de correção da depreciação, porém as outras falhas que foram apresentadas no item 3.1., permaneceram.

Para a correção do capital de giro, em 1974, através do Decreto Lei n.o 1338 de 23 de julho, o governo introduziu significativas alterações em relação ao critério anterior. Em primeiro lugar o limite para a constituição dessa reserva passou a ser o lucro do período, o que diferia bastante do critério anterior. Em segundo lugar, o capital de giro passou a ser considerado também quando seu valor fosse negativo. Isto em relação ao critério anterior também representava mudança radical.

Mesmo com essas inovações, o governo foi sentindo cada vez mais a necessidade de melhorar esses critérios de correção, até que em 1976, através da Lei n.o 6404, de 15 de dezembro, e o Decreto Lei n.o 1598 de 26 de dezembro de 1977, modificou substancialmente toda a sistemática, de correção do ativo imobilizado e capital de giro, estabelecida anteriormente.

3.2 — Sistemática Atual

O artigo 185 da Lei n.o 6404 (Lei das Sociedades por Ações) define a forma de correção das demonstrações financeiras e abaixo o transcrevemos:

ART. 185 — Nas demonstrações financeiras deverão ser considerados os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional sobre o valor dos elementos do patrimônio e os resultados do exercício.

§ 1.o — Serão corrigidos, com base nos índices de desvalorização da moeda nacional reconhecidos pelas autoridades federais:

- a) o custo de aquisição dos elementos do ativo permanente, inclusive os recursos aplicados no ativo diferido, os saldos das contas de depreciação, amortização e exaustão, e as provisões para perdas;
- b) os saldos das contas do patrimônio líquido.

§ 2.o — A variação nas contas do patrimônio líquido, decorrente de correção monetária, será acrescida aos respectivos saldos, com exceção da correção do capital realizado, que constituirá a reserva de capital de que trata o § 2.o do Art. 182.

§ 3.o — As contrapartidas dos ajustes de correção monetária serão registradas em conta cujo saldo será computado no resultado do exercício.

Nesta nova sistemática de correção das demonstrações financeiras, que consideramos bastante avançada, as falhas apresentadas pela legislação anterior foram eliminadas, o que consequentemente melhora significativamente a qualidade das demonstrações financeiras das empresas, dentro de nossa realidade econômica.

Convém ressaltar aqui que a legislação, atualmente em vigor, ainda apresenta alguns pontos que poderiam ser melhorados. Sem nos aprofundarmos, vamos apenas citar como exemplo, o caso dos estoques que, tanto quanto os imobilizados, são itens não monetários e não estão sendo corrigidos. Outro exemplo são as despesas antecipadas que também não estão sendo consideradas para a correção.

Outro aspecto ainda a ressaltar, na sistemática atual de correção, é a utilização do índice da ORTN, que nos últimos anos tem sido sensivelmente menor que o índice geral de preços e o índice de preços por atacado.

No item 3.3, apresentado a seguir, faz-se uma comparação entre esses índices e destaca-se suas diferenças.

3.3 – Índice Utilizado

O índice utilizado para a correção das demonstrações financeiras é o das ORTN'S (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional). A utilização deste índice foi determinada pelo Decreto Lei n.º 1598/77, uma vez que o Artigo n.º 185 da Lei n.º 6404 (Lei das Sociedades por Ações) que instituiu a correção das demonstrações financeiras, limitava-se a mencionar que os efeitos da inflação deveriam ser considerados nessas demonstrações, mas não especificava que índice utilizar. (vide item 3.2)

Entendemos que o índice da ORTN não é o melhor para esse tipo de correção uma vez que para sua fixação é utilizada a proporção de apenas 80% dos Índices de Preços por Atacado-Disponibilidade Interna, e os 20% restantes são pré-fixados a uma taxa de inflação anual de 15%. A seguir apresenta-se a fórmula de cálculo, hoje utilizada, da ORTN.

$$V_t = V_{t-1} \times \left(0,8 \times \frac{I_{t-2} + I_{t-3} + I_{t-4}}{I_{t-3} + I_{t-4} + I_{t-5}} + 0,2 \times 1,011715 \right)$$

Onde:

V = Valor da ORTN

I = Índice de Preços p/ Atacado-Disponibilidade Interna

t = mês de referência

Não se vai aqui discutir as razões técnicas de política econômica para saber-se, por exemplo, se essa fórmula funciona ou não como desacelerador da própria inflação; o que cabe constatar é que quanto maior for o índice de inflação, maior será a defasagem entre os valores fixados para o Índice de Preços por Atacado-Disponibilidade Interna e as ORTN'S.

Na tabela e gráficos que se seguem, comparando-se o crescimento dos índices apresentados, em relação ao das ORTN'S percebe-se que existe grande defasagem, acentuada principalmente a partir de 1975. Por exemplo, enquanto no período 1969/1978 o Índice Geral de Preços (com crescimento praticamente igual ao Índice de Preços por Atacado-Disponibilidade Interna) teve um crescimento de 848%, as ORTN'S variaram 668%, o que dá uma defasagem de 23%. (948,6/768,8)

VARIAÇÕES PERCENTUAIS

ANO	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS coluna 2		ÍNDICE PREÇOS P/ ATACADO coluna 12		CUSTO DE VIDA – RJ coluna 6		O.R.T.N.	
	Anual	Acum.	Anual	Acum.	Anual	Acum.	Anual	Acum.
1969	—	100,0	—	100,0	—	100,0	—	100,0
1970	19,2	119,2	18,7	118,7	21,0	121,0	19,6	119,6
1971	19,7	142,8	21,2	143,9	18,1	142,8	22,7	146,7
1972	15,5	164,9	16,1	167,1	14,0	162,9	15,3	169,2
1973	15,7	190,9	15,6	193,2	13,7	185,1	12,8	190,0
1974	34,5	256,7	35,2	261,2	33,8	247,8	33,3	254,5
1975	29,2	331,7	29,4	338,0	31,2	325,1	24,2	316,1
1976	46,4	485,6	44,9	489,8	44,8	470,9	37,2	433,8
1977	38,7	673,6	35,4	663,2	43,1	673,7	30,1	564,3
1978	40,8	948,6	43,0	948,4	38,2	930,7	36,2	768,8

Ressalte-se que mesmo com defasagem, provocando distorções sensíveis nas demonstrações corrigidas, o índice da ORTN é o que foi escolhido para atender a legislação.

CAPÍTULO IV

CORREÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS

4.1 – Introdução

Em uma economia como a brasileira, onde o nível geral de preços sofre alterações frequentes, a capacidade de compra da moeda se altera de ano para ano, mês para mês ou até de dia para dia.

Quando em determinados momentos os preços aumentam, em geral ou na média, percebe-se que um dado montante de cruzeiros tem menor capacidade de compra de mercadorias e serviços, quando comparado com o mesmo montante em momentos anteriores. Isto caracteriza o período inflacionário.

Por outro lado, em períodos de deflação ocorre o inverso, isto é, existe a queda de preços, em geral ou na média, o que provoca fortalecimento do cruzeiro, aumentando seu poder de compra de mercadorias e serviços. Ao contrário do que poder-se-ia dizer de outros padrões de medidas como metro, polegada, quilo, libra-peso etc., pode-se afirmar que o cruzeiro é um padrão de medida altamente instável.

A preocupação com as distorções provocadas pela variação do poder aquisitivo da moeda, em relação às demonstrações financeiras, teve seu início no final da década de 40.

Em 1965 a VII Conferência Interamericana de Contabilidade, realizada em Mar del Plata, fez algumas recomendações dentre as quais destacam-se as seguintes:

1) Quando ocorrem variações significativas no poder aquisitivo da moeda, as demonstrações contábeis devem refletir o efeito dessas variações;

2) os ajustes necessários se farão para que os valores das demonstrações contábeis se expressem, basicamente, em termos de uma moeda de mesmo poder aquisitivo;

3) os ajustes serão efetuados mediante o emprego de índices que representem razoavelmente as variações no poder aquisitivo da moeda, devendo expressar-se nas demonstrações contábeis o critério adotado;

4) até que as condições imperantes permitam que as demonstrações ajustadas possam revestir-se de caráter único, em virtude de sua aceitação geral, elas serão apresentadas como informação complementar às demonstrações preparadas segundo as práticas contábeis tradicionais;

5) as entidades públicas e privadas devem considerar os efeitos sociais e econômicos que produzem as variações no poder aquisitivo da moeda. Em especial, a demonstração deverá estabelecer a carga tributária em função dos resultados ajustados.

4.2 — Influência da Mudança do Nível de Preços sobre as Informações Contábeis

Como consequência da mudança do nível de preços, os sistemas convencionais de contabilidade geram informações não comparáveis ao longo da existência da empresa.

Além da falta de comparabilidade, a seguir demonstrar-se-á outras distorções, causadas pela variação no nível de preços, às informações contábeis.

Itens monetários como caixa, contas a receber, contas a pagar etc., são registrados sem considerar as perdas ou ganhos do poder aquisitivo da moeda, provocadas pela variação no nível de preços. Itens não-monetários como inventários e equipamentos, se registrados pelo custo histórico, sem ajuste, estarão num montante de cruzeiros de várias datas de poder aquisitivo o que poderá tornar, dependendo do espaço de tempo, quase inútil a informação contábil.

Vendas e despesas são registradas ao longo de cada exercício contábil, acumulando valores; poder-se-ia dizer que são registradas, em geral, em termos de média do poder aquisitivo do período. Na demonstração de resultados o item mais afetado é a depreciação, pois, seu valor dependerá das diversas datas de aquisições dos ativos depreciables. O custo das mercadorias e produtos vendidos também é afetado mas, em menor grau que a depreciação.

ção, pois, a regra geral, a rotação dos estoques é mais rápida que a rotação dos ativos depreciáveis.

Como consequência dessas distorções, provocadas nos diversos itens da demonstração de resultados, o lucro líquido (ou prejuízo) apresentado pelos relatórios gerados pela contabilidade tradicional, poderá estar bastante distorcido. Obviamente, resultados distorcidos provocarão para analistas, credores e investidores conclusões enganosas.

Em resumo poder-se-ia afirmar que há dois objetivos principais quando se procede a correção das demonstrações financeiras, quais sejam:

- a) excluir dos resultados as variações dos bens econômicos que efetivamente não se referem a ganhos e perdas econômicos, mas simplesmente demonstram a alteração no nível geral de preços;
- b) apresentar demonstrações financeiras expressas por um padrão monetário comum atual.

A par desses objetivos deve ainda ser destacada a grande utilidade de demonstrações corrigidas ao nível geral de preços, para efeito de comparabilidade entre períodos distintos. Claro está que, se as demonstrações financeiras atuais forem acompanhadas das dos anos anteriores, devidamente atualizadas para uma moeda única, a comparação entre diversos períodos estará bastante enriquecida.

4.3 – Itens Monetários

O *Accounting Principles Board* em *Financial Statements Restated for General Price-Level*, em seu item n.º 18, define itens monetários da seguinte forma:

ativos e passivos são chamados monetários, para fins da contabilidade a nível de preços, se seus valores são fixados, por contrato ou de outra maneira, em termos de quantidade de dólares, não considerando mudanças nos preços específicos ou no nível geral de preços (4)

Eldon S. Hendriksen em seu livro *Accounting Theory*, referindo-se a ativos e

4. ACCOUNTING PRINCIPLES BOARD, *Financial Statements Restated for General Price-Level*, 1969, pg.8.

passivos monetários assim se expressa:

Ativos monetários são direitos de receber uma quantidade fixa de unidades monetárias que represente o poder aquisitivo geral. Mesmo que possam variar os preços de bens e serviços, as contas a receber expressas em um dado número de unidades monetárias permanece inalterada; mas o poder aquisitivo de converter essas contas a receber em bens e serviços, se altera. Passivo monetário representa obrigações a pagar de um valor fixo de dólares ou outra unidade monetária em alguma data futura, independentemente do que aconteça à unidade monetária. (5)

Segundo as definições acima os ativos e passivos monetários são sempre fixados partindo-se da premissa básica de que seus valores devem ser pré-determinados, seja através de um contrato seja através de qualquer outra forma, e posteriormente não devem sofrer modificações.

Concordamos apenas parcialmente com essa posição, pois julgamos que tais definições assumiram uma posição muito simplista. Para o Brasil, país que está acostumado a conviver com altas taxas inflacionárias, se fossem seguidas textualmente as definições apresentadas, poder-se-ia, em última análise, concluir que apenas os itens de caixa representam itens monetários, pois em nossa economia percebe-se que, em geral, as vendas a prazo já englobam no seu valor uma parcela prevista da perda do poder aquisitivo da moeda. Poder-se-ia, inclusive, não considerar como monetários itens de caixa representados por moeda estrangeira já que esta também está sujeita a variações e conseqüentemente não apresenta valor fixo.

No Brasil a convivência com altos índices inflacionários fez com que fossem adotadas medidas que pudessem dar condições de sobrevivência à nossa economia. Dentre essas medidas pode-se citar a correção monetária e a política cambial, que afetam diretamente os resultados da empresa, minimizando as distorções dos ganhos e perdas nos itens monetários provocados pela variação no nível geral de preços.

5. HENDRIKSEN, Eldon S., *Accounting Theory*, Ed. Irwin Inc., Homewood, Illinois, 1970.

4.4 – Itens Não Monetários

Pode-se dizer que os itens não monetários são, regra geral, os itens mantidos em termos do poder de compra da data em que foram adquiridos.

Outra característica dos itens não monetários é que a sua manutenção na empresa, não provoca ganhos e perdas independentemente do que possa acontecer em termos de variação do poder de compra de moeda.

Distinguir itens monetários de não monetários é de suma importância, pois possibilita a atualização dos itens não monetários ao nível geral de preços e o reconhecimento dos ganhos e perdas sobre itens monetários que não são considerados na contabilidade a custos históricos. Para efeito de simplificação apresenta-se, a seguir, um quadro prático identificando-se itens monetários e itens não monetários.

		NÃO
ATIVOS	MONETÁRIOS	MONETÁRIOS
Caixa, Bancos	X	
Contas a Receber	X	
Inventários		X
Contas a Receber de Longo Prazo	X	
Despesas Antecipadas		X
Máquinas e Equipamentos		X
Ativos Diferidos		X
Marcas e Patentes		X
Fundo de Comércio		X
Provisões p/Depreciação e Amortização		X
PASSIVOS		
Contas a pagar	X	
Dividendos a Pagar	X	
Dívidas em Moeda Estrangeira	X	
Dívidas em Moeda Nacional	X	
Dívidas em Unidades Corrigíveis	X	
Receitas Antecipadas		X

4.5 – *Ganhos e Perdas nos Itens Monetários*

A perda sobre itens monetários surge da manutenção de ativos monetários durante períodos inflacionários, ou da manutenção de passivos monetários durante períodos de deflação. O ganho sobre itens monetários acontece na situação inversa, ou seja, surge da manutenção de ativos monetários em períodos de deflação ou da manutenção de passivos monetários em períodos inflacionários.

Em outras palavras, poder-se-ia dizer que a inflação é benéfica aos devedores e prejudicial aos credores, isto porque a elevação do nível de preços facilita a liquidação de uma obrigação, em função do sacrifício econômico correspondente. Suponha-se que **A** emprestou a quantia de Cr\$ 10.000 à **B**, que a devolveu após um período em que os níveis de preços aumentaram em 40%. **A** arcou com uma perda econômica de 40% porquanto **B** obteve um ganho; isto é, a capacidade de compra da quantia de Cr\$ 10.000 quando **B** devolveu à **A**, representava apenas 71,4% ($10.000/14.000$) da quantia emprestada.

Como a contabilidade tradicional não considera esses fatos, apenas nos relatórios financeiros ajustados aparecem ganhos e perdas em ativos e passivos monetários. No item 4.8 demonstra-se, em um exemplo simples, formas práticas de cálculo da correção das demonstrações financeiras e apuração dos ganhos e perdas nos itens monetários.

4.6 – *Escolha do índice*

O poder aquisitivo de uma moeda, medido por um índice geral de preços mostra a tendência dos preços de mercadorias e serviços dentro de uma economia. Este índice, resultante de ponderações de preços, representa uma média de suas variações, e como toda média é por alguns severamente criticado.

As críticas às formas de obtenção dos índices e consequentemente sua aplicação nos relatórios financeiros nos parecem um tanto pessimistas, pois mesmo que os índices apresentem algumas falhas, sua utilização será sempre melhor que não utilizar-se de qualquer fator de correção.

Existe ainda o aspecto de se poder utilizar índices específicos, que medem as variações de preços de mercado ou de atividades de produtos ou grupos de produtos homogêneos. Por exemplo, a revista Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas, publica todo mês uma quantidade enorme de índices específicos que podem, caso haja necessidade, ser utilizados.

Para nosso trabalho utilizaremos o Índice Geral de Preços (coluna n.º 2 da

revista Conjuntura Econômica), pois entendemos que, em média, esse índice mede com bastante propriedade as flutuações dos preços em geral.

A respeito de índices de preços, sua elaboração, utilização, restrições etc., vale destacar uma citação do prof. Sergio de Iudicibus em seu trabalho *Contribuição a Teoria dos Ajustamentos Contábeis* que é a seguinte: *Todavia, de tudo que se possa dizer a respeito de índices, só uma coisa permanece perfeitamente clara e definida: temos de acostumar-nos a trabalhar com eles, conhecendo suas limitações e escolhendo-os da melhor forma possível, à luz das necessidades e do tipo de empresa cujos dados históricos estejamos ajustando.* (6)

4.7 – Princípios Contábeis Versus Correção Pelo Índice Geral de Preços

As mudanças nos níveis gerais de preços em uma economia podem atingir níveis tão altos que os relatórios apresentados em valores históricos perdem muito de seu significado, obviamente dando aos relatórios financeiros corrigidos uma maior utilidade.

Poder-se-ia perguntar se a correção das demonstrações financeiras pelo nível geral de preços não vai de encontro aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, mais particularmente contra o custo como base de valor? Pode-se dizer que a correção das demonstrações financeiras pelo nível geral de preços não afeta o princípio do custo como base de valor, apenas reaproxima os valores apresentados nos relatórios históricos aos níveis do poder de compra da moeda.

Poder-se-ia ainda afirmar que os princípios de contabilidade geralmente aceitos, utilizados para elaboração dos relatórios históricos e corrigidos pelo nível geral de preços, são os mesmos, exceto no que diz respeito ao reconhecimento das mudanças no nível geral de preços que é efetivada nos relatórios corrigidos e não o é nos relatórios históricos. Em última análise poder-se-ia dizer que os relatórios corrigidos apresentam valores históricos em outro nível de poder de compra, mas não significa que os valores apresentados estejam a preços correntes. A este respeito o *Accounting Principles Board* em *Financial Statements Restated for General Price-Level Changes* no seu item n.º 5, declara: *The amount may be restated, but it still represents cost and not a current value.* (7)

6. IUDICIBUS, Sérgio, *op.cit.*, pg. 108

7. ACCOUNTING PRINCIPLES BOARD, *op.cit.*, pag.3

4.8 – Exemplo Simplificado

Suponha-se o início de uma empresa, prestadora de serviços, com capital igual a Cr\$ 100.000, integralizado com terrenos no valor de Cr\$ 80.000 e o restante em dinheiro.

BALANÇO INICIAL

Disponibilidades	20.000
Terrenos	<u>80.000</u>
Ativo	<u>100.000</u>
Capital	<u>100.000</u>
Passivo	<u>100.000</u>

Na metade do período realizaram-se receitas no valor de Cr\$ 200.000 e efetuaram-se despesas no valor de Cr\$ 150.000, ambas em dinheiro.

Supondo-se os índices de correção iguais a 100, 120 e 140, para início, metade e final do período, respectivamente, ter-se-ia as seguintes demonstrações corrigidas:

BALANÇO FINAL

		<i>CORRIGIDO</i>	
<i>ITENS</i>	<i>HISTÓRICO</i>		<i>P/I.G.P.</i>
Disponibilidades	70.000	x 140/140	70.000
Terrenos	<u>80.000</u>	x 140/100	<u>112.000</u>
Ativo	<u>150.000</u>		<u>182.000</u>
Capital	100.000	x 140/100	140.000
Lucros Acumulados	<u>50.000</u>		<u>42.000 (1)</u>
Passivo	<u>150.000</u>		<u>182.000</u>

(1) — *Lucros Acumulados* — Calculados pela diferença aritmética entre o ativo total e o capital.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

<i>ITENS</i>	<i>HISTÓRICO</i>		<i>CORRIGIDO</i> <i>P/I.G.P.</i>
Receitas	200.000	x 140/120	233.500
Despesas	<u>150.000</u>	x 140/120	<u>175.000</u>
Lucro Líquido	50.000		58.500
Perdas nos Itens Monetários			<u>16.500 (2)</u>
Lucro Líquido Corrigido p/IGP			<u><u>42.000</u></u>

(2) – *Perdas nos Itens Monetários*

Durante o período, os itens monetários tiveram o seguinte comportamento: Saldo inicial positivo de Cr\$ 20.000, o qual foi modificado para Cr\$ 70.000 na metade do período, em decorrência do acréscimo líquido entre receitas e despesas. Graficamente, pode-se representar:

Tem-se:

Perda sobre o saldo inicial de itens monetários que permaneceu durante todo o período exposto aos efeitos da inflação; e perda sobre o acréscimo de itens monetários que também ficou exposto aos efeitos da inflação, desde a metade até o final do período.

$$\text{SIIM} \quad 20.000 \times \left(\frac{140}{100} - \frac{100}{100} \right) = 8.000 \text{ Perda}$$

$$\Delta \text{IM} \quad 50.000 \times \left(\frac{140}{120} - \frac{120}{120} \right) = \underline{8.500} \text{ Perda}$$

$$\underline{\underline{16.500}} \text{ Perda Total}$$

S.I.I.M. = Saldo Inicial dos Itens Monetários

S.F.I.M. = Saldo Final dos Itens Monetários

Δ I.M. = Variação dos Itens Monetários

CAPÍTULO V

SISTEMÁTICA PROPOSTA DE CONVERSÃO

5.1 – Introdução

Após os estudos efetuados nos capítulos de I a IV, estamos em condições de apresentar nossa proposição de sistemática de conversão de demonstrações financeiras, onde são utilizados os conceitos até aqui apreendidos.

Nossa principal intenção ao elaborarmos este trabalho foi, demonstrar a necessidade de corrigir ao nível de preços as demonstrações financeiras, isto antes de convertê-las em moeda estrangeira.

Essa necessidade de correção ao nível geral de preços (8), já demonstrada superficialmente em páginas anteriores, terá neste capítulo destaque maior para que sua eficiência seja ainda mais evidenciada.

-
8. Estamos nos utilizando da correção pelo índice geral de preços, mas como foi dito no item 4.6, essa correção poderá ser feita utilizando-se outro índice, desde que isto seja conveniente.

Vale ressaltar que a desvalorização cambial não é suficiente para eliminar os efeitos das variações de preços, como pode ser visto na tabela abaixo e nos dois gráficos posteriores, uma vez que tal desvalorização é baseada, em geral, na diferença entre a taxa de inflação interna e a inflação média ocorrida nos principais países que comerciavam com o Brasil, onde tem grande destaque os Estados Unidos. Outros fatores tem influência em nossas taxas de desvalorização cambial, dentre as quais, apenas para exemplificar, destacamos as políticas de exportação e importação.

No exemplo tomado (item 5.2) considera-se uma empresa desde sua formação, apresentado-se dados históricos e acompanhando sua evolução. Para elaboração das demonstrações financeiras históricas foram obedecidos rigorosamente todos os princípios de contabilidade geralmente aceitos e as exigências fiscais impostas pela legislação brasileira.

Na segunda etapa do exemplo as demonstrações financeiras são convertidas para moeda estrangeira utilizando-se a forma tradicional, isto é, através do método Temporal que é o estabelecido pelo FASB. Em seguida, as demonstrações financeiras são convertidas, isto após a correção pelo índice geral de preços. Para essa forma de conversão que se está propondo, as taxas cambiais utilizadas são as vigentes na data da conversão.

Finalmente, para auxiliar na análise das informações obtidas nas demonstrações financeiras, efetuamos a correção pela variação do nível de preços nos Estados Unidos, isto é, consideramos as variações do nível de preços como se a empresa estivesse operando naquele país.

VARIAÇÕES PERCENTUAIS

ANO	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS coluna 2		DÓLAR	
	Anual	Acumulado	Anual	Acumulado
1969	—	100,0	—	100,0
1970	19,2	119,2	13,8	113,8
1971	19,7	142,8	13,8	129,5
1972	15,5	164,9	10,3	142,8
1973	15,7	190,9	0,1	142,9
1974	34,5	256,7	19,5	170,8
1975	29,2	331,7	22,0	208,4
1976	46,4	485,6	36,1	283,6
1977	38,7	673,6	30,0	368,7
1978	40,8	948,6	30,3	480,4

5.2 – Exemplo Prático

Admitamos uma empresa, no Brasil, iniciada em 30 de dezembro de 197X, com capital de Cr\$ 12.345.000, equivalente a US\$ 1,000,000. Essa empresa no balanço de 197(X + 2) apresentou os seguintes saldos:

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

Disponíveis	2.000.000,	
Contas a receber	<u>3.600.000,</u>	5.600.000,

ATIVO PERMANENTE

Imobilizado

Móveis e Utensílios	1.500.000,		
Máq. e Equipamentos	10.000.000,		
Edifícios	2.000.000,		
Terrenos	6.035.000,		
Prov. p/Depreciação	<u>(2.135.000,)</u>	<u>17.400.000,</u>	<u>23.000.000,</u>

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

Credores Diversos	<u>1.000.000,</u>	1.000.000,
-------------------	-------------------	------------

PASSIVO EXIGÍVEL DE LONGO PRAZO

Financiamento no País	1.592.200,	
Financiamento no Exterior	<u>2.092.000,</u>	3.684.200,

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital	12.345.000,		
Corr. Capital	4.473.440,		
Corr. Especial Imobiliz.	2.969,608,		
Prejuízo do Exercício	<u>(1.472.248,)</u>	<u>18.315,800,</u>	<u>23.000.000,</u>

Informações Complementares

1) Móveis e Utensílios:

adquiridos em janeiro de 197(X+1) pelo valor de Cr\$ 880.800,

2) Máquinas e equipamentos:

adquiridos em:

Máquinas e equipamentos "a" — janeiro de 197(X+1) Cr\$ 2.935.995,

Máquinas e equipamentos "b" — julho de 197(X+1) Cr\$ 2.407.681,

Máquinas e equipamentos "c" — janeiro 197(X+2) Cr\$ 1.122.670,

3) Edifícios:

adquiridos em janeiro de 197(X+1) pelo valor de Cr\$ 1.174.400,

4) Terrenos:

adquiridos em janeiro de 197(X+1) pelo valor de Cr\$ 3.543.745.

5) Depreciação:

as taxas utilizadas são as fixadas pela atual legislação do Imposto de Renda.

6) Para obtenção dos valores apresentados no balanço de 197(X+2) foram utilizados os critérios de correção fixados pela legislação brasileira, quais sejam: correção especial do imobilizado estabelecida para o ano de 197(X+1); e correção com utilização dos índices oficiais das ORTN'S para o exercício de 197(X+2), conforme demonstração apresentada nas páginas seguintes.

Firma, Denominação ou Razão Social

C.G.C. N.º

DEMONSTRATIVO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DO ATIVO IMOBILIZADO

(Leis n.ºs 3.470, de 28/11/58; 4.357, de 16/7/64 e Decreto-lei n.º 1.302, de 31/12/1973)

CONTA: MÓVEIS E UTENSÍLIOS

SUBCONTA:

ANO DA CONTABILIZAÇÃO (AQUISIÇÃO OU INCORPORAÇÃO DOS BENS)	197(x + 1) 1º Trimestre	TOTAL
Coefficientes multiplicadores.....	1,250	
Ativo Imobilizado Passível de Correção (Bens Registrados)		
I - Valor de aquisição ou incorporação (Original)	880.800	880.800
II - Menos: Baixas dadas em relação ao ano de aquisição ou incor- poração	-	
III - Diferença (I — II)	880.800	880.800
M E N O S :		
IV - Auxílios e subvenções	-	
V - Saldo devedor de empréstimos do BND não reajustado	-	
VI - Soma (IV + V)	-	
VII - Ativo imobilizado sujeito a correção (III — VI)	880.800	880.800
VIII - Nova tradução monetária do ativo imobilizado (VII multipli- cados pelos coeficientes)	1.101.000	1.101.000
IX - Variação do valor original do ativo imobilizado (VIII — VII)	220.200	220.200

NOTA: O valor constante do item IX deverá, obrigatoriamente, corresponder ao valor total, lançado na conta-
bilidade da empresa, a título da correção monetária, em cada conta representativa dos bens do ativo
imobilizado.

Firma, Denominação ou Razão Social

C.G.C. N.º

DEMONSTRATIVO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DO ATIVO IMOBILIZADO

(Leis n.ºs 3.470, de 28/11/58; 4.357, de 16/7/64 e Decreto-lei n.º 1.302, de 31/12/1973)

CONTA: MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

SUBCONTA:

ANO DA CONTABILIZAÇÃO (AQUISIÇÃO OU INCORPORAÇÃO DOS BENS)	197(x + 1) - 1º Trimestre	197(x + 1) 3º Trimestre
Coefficientes multiplicadores.....	1,250	1,067
Ativo Imobilizado Passível de Correção (Bens Registrados)		
I - Valor de aquisição ou incorporação (Original)	2.935.995	2.407.681
II - Menos: Baixas dadas em relação ao ano de aquisição ou incor- poração	-	-
III - Diferença (I — II)	2.935.995	2.407.681
M E N O S :		
IV - Auxílios e subvenções	-	-
V - Saldo devedor de empréstimos do BND não reajustado	-	-
VI - Soma (IV + V)	-	-
VII - Ativo imobilizado sujeito a correção (III — VI)	2.935.995	2.407.681
VIII - Nova tradução monetária do ativo imobilizado (VII multipli- cados pelos coeficientes)	3.669.993	2.568.995
IX - Variação do valor original do ativo imobilizado (VIII — VII)	733.998	161.314

NOTA: O valor constante do item IX deverá, obrigatoriamente, corresponder ao valor total, lançado na conta-
bilidade da empresa, a título da correção monetária, em cada conta representativa dos bens do ativo
imobilizado.

Firma, Denominação ou Razão Social

C. G. C. N.º

DEMONSTRATIVO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DO ATIVO IMOBILIZADO

(Leis n.os 3.470, de 28/11/58, 4.357, de 16/7/64 e Decreto-lei n.º 1.302, de 31/12/1973)

CONTA: MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

SUBCONTA:

TOTAL				
5.343.676				
-				
5.343.676				
-				
-				
-				
5.343.676				
6.238.988				
895.312				

Firma, Denominação ou Razão Social

C.G.C. N.º

DEMONSTRATIVO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DO ATIVO IMOBILIZADO

(Leis n.ºs 3.470, de 28/11/58; 4.357, de 16/7/64 e Decreto-lei n.º 1.302, de 31/12/1973)

CONTA: EDIFÍCIOS

SUBCONTA:

ANO DA CONTABILIZAÇÃO (AQUISIÇÃO OU INCORPORAÇÃO DOS BENS)	197(x + 1) 1º Trimestre	TOTAL
Coefficientes multiplicadores.....	1,250	
Ativo Imobilizado Passível de Correção (Bens Registrados)		
I - Valor de aquisição ou incorporação (Original)	1.174.400	1.174.400
II - Menos: Baixas dadas em relação ao ano de aquisição ou incor- poração	-	-
III - Diferença (I — II)	1.174.400	1.174.400
M E N O S :		
IV - Auxílios e subvenções	-	
V - Saldo devedor de empréstimos do BND não reajustado	-	
VI - Soma (IV + V)	-	
VII - Ativo imobilizado sujeito a correção (III — VI)	1.174.400	1.174.400
VIII - Nova tradução monetária do ativo imobilizado (VII multipli- cados pelos coeficientes)	1.468.000	1.468.000
IX - Variação do valor original do ativo imobilizado (VIII — VII)	293.600	293.600

NOTA: O valor constante do item IX deverá, obrigatoriamente, corresponder ao valor total, lançado na conta-
bilidade da empresa, a título da correção monetária, em cada conta representativa dos bens do ativo
imobilizado.

Firma, Denominação ou Razão Social

C.G.C. N.º

DEMONSTRATIVO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DO ATIVO IMOBILIZADO

(Leis n.ºs 3.470, de 28/11/58; 4.357, de 16/7/64 e Decreto-lei n.º 1.302, de 31/12/1973)

CONTA: TERRENOS

SUBCONTA:

ANO DA CONTABILIZAÇÃO (AQUISIÇÃO OU INCORPORAÇÃO DOS BENS)	197(x + 1) 1º Trimestre	TOTAL
Coefficientes multiplicadores.....	1,250	
Ativo Imobilizado Passível de Correção (Bens Registrados)		
I - Valor de aquisição ou incorporação (Original)	3.543.745	3.543.745
II - Menos: Baixas dadas em relação ao ano de aquisição ou incor- poração	-	
III - Diferença (I — II)	3.543.745	3.543.745
<u>M E N O S :</u>		
IV - Auxílios e subvenções	-	
V - Saldo devedor de empréstimos do BND não reajustado	-	
VI - Soma (IV + V)	-	
VII - Ativo imobilizado sujeito a correção (III — VI)	3.543.745	3.543.745
VIII - Nova tradução monetária do ativo imobilizado (VII multipli- cados pelos coeficientes)	4.429.681	4.429.681
IX - Variação do valor original do ativo imobilizado (VIII — VII)	885.936	885.936

NOTA: O valor constante do item IX deverá, obrigatoriamente, corresponder ao valor total, lançado na conta-
bilidade da empresa, a título da correção monetária, em cada conta representativa dos bens do ativo
imobilizado.

Firma, Denominação ou Razão Social

C.G.C. N.º

APURAÇÃO DO RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DO ATIVO IMOBILIZADO

Decreto-lei n.º 1.302, de 31/12/73

CONTA: MÓVEIS E UTENSÍLIOS SUBCONTA:	Ano de Aquisição ou Incorporação	
	197(x + 1) 1º Trimestre	TOTAL
I T E M S		
1 - Valor original de aquisição ou incorporação, sujeito à correção (transportar do item VII do quadro n.º 1)	880.800	880.800
2 - Depreciação s/o valor original de aquisição ou incorporação, contabilizados até a data do último balanço	88.080	88.080
3 - Percentagem do item acima sobre o valor original de aquisição ou incorporação dos bens ($2 \times 100 \div 1$)	10%	
4 - Variação do valor original do Ativo Imobilizado (transportar do quadro I, item IX)	220.200	220.200
5 - Correções monetárias anteriores	-	
6 - Correção monetária do exercício (4 — 5) - valor a ser absorvido a crédito da conta de correção monetária das depreciações - se for o caso.	220.200	220.200
7 - Valor que iguala a percentagem do item 3, calculado em relação aos valores de correção monetária do item 4 ($3 \times 4 \div 100$)	22.020	22.020
8 - Depreciações sobre os valores de correção monetária, contabilizadas até a data do último balanço, referidas ao ano de aquisição ou incorporação dos bens	-	
9 - Correção monetária das depreciações, contabilizadas até a data do último balanço, referidas ao ano de aquisição ou incorporação dos bens	-	
10 - Soma (8 + 9)	22.020	22.020
11 - Valor suficiente para igualar a percentagem do item 3 (7 — 10)	22.020	22.020
12 - Valor utilizado para crédito da conta de correção monetária das depreciações ou amortizações (6 ou 11, o que for menor); ou débitos, se 11 representar excesso	198.180	198.180
13 - Sobras e faltas em cada ano (6 — 11)	-	
14 - Redistribuições das sobras relativas a cada ano, para que a soma do item 10 guarde a mesma proporção do item 3, a ser acrescentada à conta de correção monetária das depreciações	-	
15 - Redistribuição de, ou para, outra conta, para atender a letra "B" do art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.302	-	
16-a - Resultado da Correção Monetária do Ativo Imobilizado, anterior à obtenção do líquido utilizável para aumento de capital 13 - (14 + 15) ou	198.180	198.180
16-b - Saldo por compensar por ocasião das correções monetárias futuras se 13 - (14 + 15) for negativo		

Firma, Denominação ou Razão Social

C.G.C. N.º

APURAÇÃO DO RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DO ATIVO IMOBILIZADO

Decreto-lei n.º 1.302, de 31/12/73

CONTA: MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS SUBCONTA:	Ano de Aquisição ou Incorporação	
	197(x + 1) 1º Trimestre	197(x + 1) 3º Trimestre
I T E M S		
1 - Valor original de aquisição ou incorporação, sujeito à correção (transportar do item VII do quadro n.º 1)	2.935.995	2.407.681
2 - Depreciação s/o valor original de aquisição ou incorporação, contabilizados até a data do último balanço	293.599	120.384
3 - Percentagem do item acima sobre o valor original de aquisição ou incorporação dos bens ($2 \times 100 \div 1$)	10%	5%
4 - Variação do valor original do Ativo Imobilizado (transportar do quadro I, item IX)	733.998	161.314
5 - Correções monetárias anteriores	-	-
6 - Correção monetária do exercício (4 — 5) - valor a ser absorvido a crédito da conta de correção monetária das depreciações - se for o caso.	733.998	161.314
7 - Valor que iguala a percentagem do item 3, calculado em relação aos valores de correção monetária do item 4 ($3 \times 4 \div 100$)	73.399	8.065
8 - Depreciações sobre os valores de correção monetária, contabilizadas até a data do último balanço, referidas ao ano de aquisição ou incorporação dos bens	-	-
9 - Correção monetária das depreciações, contabilizadas até a data do último balanço, referidas ao ano de aquisição ou incorporação dos bens	-	-
10 - Soma (8 + 9)	-	-
11 - Valor suficiente para igualar a percentagem do item 3 (7 — 10)	73.399	8.065
12 - Valor utilizado para crédito da conta de correção monetária das depreciações ou amortizações (6 ou 11, o que for menor); ou débitos, se 11 representar excesso	73.399	8.065
13 - Sobras e faltas em cada ano (6 — 11)	660.599	153.249
14 - Redistribuições das sobras relativas a cada ano, para que a soma do item 10 guarde a mesma proporção do item 3, a ser acrescentada à conta de correção monetária das depreciações	-	-
15 - Redistribuição de, ou para, outra conta, para atender a letra "B" do art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.302	-	-
16-a - Resultado da Correção Monetária do Ativo Imobilizado, anterior à obtenção do líquido utilizável para aumento de capital 13 - (14 + 15) ou	660.599	153.249
16-b - Saldo por compensar por ocasião das correções monetárias futuras se 13 - (14 + 15) for negativo		

Firma, Denominação ou Razão Social

C.G.C. N.º

APURAÇÃO DO RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DO ATIVO IMOBILIZADO

Decreto-lei n.º 1.302, de 31/12/73

CONTA: MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS SUBCONTA:	Ano de Aquisição ou Incorporação	
I T E M S	TOTAL	
1 - Valor original de aquisição ou incorporação, sujeito à correção (transportar do item VII do quadro n.º 1)	5.343.676	
2 - Depreciação s/o valor original de aquisição ou incorporação, contabilizados até a data do último balanço	413.983	
3 - Percentagem do item acima sobre o valor original de aquisição ou incorporação dos bens ($2 \times 100 \div 1$)	-	
4 - Variação do valor original do Ativo Imobilizado (transportar do quadro I, item IX)	895.312	
5 - Correções monetárias anteriores	-	
6 - Correção monetária do exercício (4 — 5) - valor a ser absorvido a crédito da conta de correção monetária das depreciações - se for o caso.	895.312	
7 - Valor que iguala a percentagem do item 3, calculado em relação aos valores de correção monetária do item 4 ($3 \times 4 \div 100$)	81.464	
8 - Depreciações sobre os valores de correção monetária, contabilizadas até a data do último balanço, referidas ao ano de aquisição ou incorporação dos bens	-	
9 - Correção monetária das depreciações, contabilizadas até a data do último balanço, referidas ao ano de aquisição ou incorporação dos bens	-	
10 - Soma (8 + 9)	-	
11 - Valor suficiente para igualar a percentagem do item 3 (7 — 10)	81.464	
12 - Valor utilizado para crédito da conta de correção monetária das depreciações ou amortizações (6 ou 11, o que for menor); ou débitos, se 11 representar excesso	81.464	
13 - Sobras e faltas em cada ano (6 — 11)	813.848	
14 - Redistribuições das sobras relativas a cada ano, para que a soma do item 10 guarde a mesma proporção do item 3, a ser acrescentada à conta de correção monetária das depreciações	-	
15 - Redistribuição de, ou para, outra conta, para atender a letra "B" do art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.302	-	
16-a - Resultado da Correção Monetária do Ativo Imobilizado, anterior à obtenção do líquido utilizável para aumento de capital 13 - (14 + 15) ou	813.848	
16-b - Saldo por compensar por ocasião das correções monetárias futuras se 13 - (14 + 15) for negativo		

Firma, Denominação ou Razão Social

C.G.C. N.º

APURAÇÃO DO RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DO ATIVO IMOBILIZADO

Decreto-lei n.º 1.302, de 31/12/73

CONTA: EDIFÍCIOS SUBCONTA:	Ano de Aquisição ou Incorporação	
I T E M S	197(x + 1) 1º Trimestre	TOTAL
1 - Valor original de aquisição ou incorporação, sujeito à correção (transportar do item VII do quadro n.º 1)	1.174.400	1.174.400
2 - Depreciação s/o valor original de aquisição ou incorporação, contabilizados até a data do último balanço	46.976	46.976
3 - Percentagem do item acima sobre o valor original de aquisição ou incorporação dos bens ($2 \times 100 \div 1$)	4%	
4 - Variação do valor original do Ativo Imobilizado (transportar do quadro I, item IX)	293.600	293.600
5 - Correções monetárias anteriores	-	
6 - Correção monetária do exercício (4 — 5) - valor a ser absorvido a crédito da conta de correção monetária das depreciações - se for o caso.	293.600	293.600
7 - Valor que iguala a percentagem do item 3, calculado em relação aos valores de correção monetária do item 4 ($3 \times 4 \div 100$)	11.744	11.744
8 - Depreciações sobre os valores de correção monetária, contabilizadas até a data do último balanço, referidas ao ano de aquisição ou incorporação dos bens	-	
9 - Correção monetária das depreciações, contabilizadas até a data do último balanço, referidas ao ano de aquisição ou incorporação dos bens	-	
10 - Soma (8 + 9)	-	
11 - Valor suficiente para igualar a percentagem do item 3 (7 — 10)	11.744	11.744
12 - Valor utilizado para crédito da conta de correção monetária das depreciações ou amortizações (6 ou 11, o que for menor); ou débitos, se 11 representar excesso	11.744	11.744
13 - Sobras e faltas em cada ano (6 — 11)	281.856	281.856
14 - Redistribuições das sobras relativas a cada ano, para que a soma do item 10 guarde a mesma proporção do item 3, a ser acrescentada à conta de correção monetária das depreciações	-	
15 - Redistribuição de, ou para, outra conta, para atender a letra "B" do art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.302	-	
16-a - Resultado da Correção Monetária do Ativo Imobilizado, anterior à obtenção do líquido utilizável para aumento de capital 13 - (14 + 15) ou	281.856	281.856
16-b - Saldo por compensar por ocasião das correções monetárias futuras se 13 - (14 + 15) for negativo		

Firma, Denominação ou Razão Social

C.G.C. N.º

APURAÇÃO DO RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DO ATIVO IMOBILIZADO

Decreto-lei n.º 1.302, de 31/12/73

CONTA: TERRENOS

SUBCONTA:

Ano de Aquisição ou
Incorporação

I T E M S

197(x + 1)
1º Trimestre

TOTAL

1 - Valor original de aquisição ou incorporação, sujeito à correção (transportar do item VII do quadro n.º 1)	3.543.745	3.543.745
2 - Depreciação s/o valor original de aquisição ou incorporação, contabilizados até a data do último balanço	-	
3 - Percentagem do item acima sobre o valor original de aquisição ou incorporação dos bens ($2 \times 100 \div 1$)	-	
4 - Variação do valor original do Ativo Imobilizado (transportar do quadro I, item IX)	885.936	885.936
5 - Correções monetárias anteriores	-	
6 - Correção monetária do exercício (4 — 5) - valor a ser absorvido a crédito da conta de correção monetária das depreciações - se for o caso.	885.936	885.936
7 - Valor que iguala a percentagem do item 3, calculado em relação aos valores de correção monetária do item 4 ($3 \times 4 \div 100$)	-	
8 - Depreciações sobre os valores de correção monetária, contabilizadas até a data do último balanço, referidas ao ano de aquisição ou incorporação dos bens	-	
9 - Correção monetária das depreciações, contabilizadas até a data do último balanço, referidas ao ano de aquisição ou incorporação dos bens	-	
10 - Soma (8 + 9)	-	
11 - Valor suficiente para igualar a percentagem do item 3 (7 — 10)	-	
12 - Valor utilizado para crédito da conta de correção monetária das depreciações ou amortizações (6 ou 11, o que for menor); ou débitos, se 11 representar excesso	-	
13 - Sobras e faltas em cada ano (6 — 11)	885.936	885.936
14 - Redistribuições das sobras relativas a cada ano, para que a soma do item 10 guarde a mesma proporção do item 3, a ser acrescentada à conta de correção monetária das depreciações	-	
15 - Redistribuição de, ou para, outra conta, para atender a letra "B" do art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.302	-	
16-a - Resultado da Correção Monetária do Ativo Imobilizado, anterior à obtenção do líquido utilizável para aumento de capital 13 - (14 + 15) ou	885.936	885.936
16-b - Saldo por compensar por ocasião das correções monetárias futuras se 13 - (14 + 15) for negativo		

CORREÇÃO DE 197(X+2) P/ ÍNDICE DAS ORTN'S
(Efetuada após a Correção Especial)

ITENS	Cr\$. EM 197(X+1)	ORTN EM 197(X+1)	N.º DE ORTN'S	ORTN EM 197(X+2)	Cr\$. EM 197(X+2)
Móveis e Utensílios	1.101.000	233,74	4.710	318,44	1.500.000
Máq. Equipamentos "a"	3.669.993	233,74	15.701	318,44	5.000.000
Máq. Equipamentos "b"	2.568.995	233,74	10.991	318,44	3.500.000
Edifícios	1.468.000	233,74	6.280	318,44	2.000.000
Terrenos	4.429.681	233,74	18.951	318,44	6.035.000

BALANÇO DE 197(X+2) CONVERTIDO PARA DÓLARES

ATIVO			
	Cr\$	TAXA DO DOLAR	US\$
<i>ATIVO CIRCULANTE</i>			
Disponíveis	2.000.000	20,92	95.602
Contas a Receber	<u>3.600.000</u>	20,92	<u>172.084</u>
	<u>5.600.000</u>		<u>267.686</u>
<i>ATIVO PERMANENTE</i>			
Móveis e Utensílios	1.500.000	12,59 (C)	69.960
Máq. Equipamentos	10.000.000	(A)	467.649
Edifícios	2.000.000	12,59 (C)	93.280
Terrenos	6.035.000	12,59 (C)	281.473
Prov. p/ Depreciação	<u>(2.135.000)</u>	(B)	<u>(99.807)</u>
	<u>17.400.000</u>		<u>812.555</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>23.000.000</u>		<u>1.080.241</u>
<i>PASSIVO</i>			
<i>PASSIVO CIRCULANTE</i>			
Credores Diversos	<u>1.000.000</u>	20,92	<u>47.801</u>
	<u>1.000.000</u>		<u>47.801</u>
<i>PASSIVO EXIGÍVEL DE LONGO PRAZO</i>			
Financiamento no País	1.592.200	20,92	76.109
Financiamento no Exterior	<u>2.092.000</u>	20,92	<u>100.000</u>
	<u>3.684.200</u>		<u>176.109</u>
<i>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</i>			
Capital	12.345.000	12,345	1.000.000
Reservas	<u>5.970.800</u>	(D)	<u>(143.669)</u>
	<u>18.315.800</u>		<u>856.331</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>23.000.000</u>		<u>1.080.241</u>

(A) MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

	<i>Cr\$</i>		
	<i>VALOR</i>	<i>TAXA DO DÓLAR</i>	<i>VALOR EM</i>
<i>ITEM</i>	<i>HISTÓRICO</i>	<i>AQUISIÇÃO</i>	<i>DÓLARES</i>
Máq. Equipamento "a"	2.935.995	12,59	233.200
Máq. Equipamento "b"	2.407.681	14,56	165.362
Máq. Equipamento "c"	<u>1.122.670</u>	16,25	<u>69.087</u>
TOTAIS	<u>6.466.346</u>		<u>467.649</u>

(B) PROVISÃO P/ DEPRECIAÇÃO

	<i>VALOR EM</i>	<i>TAXA DEPR.</i>	<i>VALOR DA</i>
<i>ITEM</i>	<i>DÓLARES</i>	<i>ACUMULADA</i>	<i>DEPRECIAÇÃO</i>
Móveis e Utensílios	69.960	20%	13.992
Máq. Equipamentos "a"	233.200	20%	46.640
Máq. Equipamentos "b"	165.362	15%	24.804
Máq. Equipamentos "c"	69.087	10%	6.909
Edifícios	<u>93.280</u>	8%	<u>7.462</u>
TOTAIS	<u>630.889</u>		<u>99.807</u>

(C) MÓVEIS E UTENSÍLIOS, EDIFÍCIOS E TERRENOS

Utilizados para a conversão os valores históricos de aquisição e suas respectivas taxas de dólar.

(D) RESERVAS

Calculadas pela diferença aritmética entre o Ativo Total e o somatório das obrigações e o capital.

Admitamos que no exercício de 197(X+3) a empresa tenha realizado as seguintes operações:

1) COMPRAS

<i>MÊS</i>	<i>Cr\$</i>
Janeiro	700.000,
Fevereiro	500.000,
Março	800.000,
Abril	700.000,
Maiο	300.000,
Junho	900.000,
Julho	600.000,
Agosto	700.000,
Setembro	800.000,
Outubro	500.000,
Novembro	1.000.000,
Dezembro	<u>600.000,</u>

TOTAIS 8.100.000,

2) VENDAS

<i>Cr\$</i>
1.200.000,
1.100.000,
1.400.000,
900.000,
1.000.000,
1.400.000,
1.200.000,
1.500.000,
1.000.000,
1.500.000,
1.400.000,
<u>1.600.000,</u>

15.200.000,

OBS: Operações realizadas em dinheiro.

3) PAGAMENTOS

Liquidação das dívidas registradas no Balanço de 197(X+2) sob o título *Credores Diversos*.

4) RECEBIMENTOS

Recebimento dos valores registrados no Balanço de 197(X+2) sob o título *Duplicatas a Receber*.

5) DESPESAS OPERACIONAIS

<i>MÊS</i>	<i>Cr\$</i>
Janeiro	100.000,
Fevereiro	120.000,
Março	110.000,
Abril	130.000,
Maio	110.000,
Junho	120.000,
Julho	120.000,
Agosto	100.000,
Setembro	130.000,
Outubro	110.000,
Novembro	120.000,
Dezembro	<u>140.000,</u>
TOTAIS	<u><u>1.410.000,</u></u>

6) DÍVIDAS DE LONGO PRAZO

Atualização das dívidas registradas nas contas *Financiamento no País* e *Financiamento no Exterior*, como segue:

6.1) FINANCIAMENTO NO PAÍS

Dívida em 197(X+2) de Cr\$ 1.592.200 correspondente a 5.000 ORTN'S. Em 197(X+3) 5.000 ORTN'S correspondem a Cr\$ 2.319.000 o que implica em Despesa de Correção Monetária no valor de Cr\$ 726.800,.

6.2) FINANCIAMENTO NO EXTERIOR

Dívida em 197 (X+2) de Cr\$2.092.000, correspondente a US\$100.000. Em 197 (X+3) US\$100.000 correspondem a Cr\$3.215.000, o que implica em Despesa de Variação Cambial no valor de Cr\$1.123.000,.

7) DEPRECIAÇÃO

Calculada e registrada de acordo com os preceitos legais estabelecidos p/ nova Lei das S/A. e Decreto Lei n.1598/77, conf. demonstração abaixo

<i>MÊS</i>	<i>DEPR. EM ORTN</i>	<i>VALOR DA ORTN</i>	<i>DEPR. EM CRUZEIROS</i>
Janeiro	322	326,82	105.236
Fevereiro	322	334,20	107.612
Março	322	341,97	110.114
Abril	322	350,51	112.864
Maio	322	363,64	117.092
Junho	322	377,54	121.568
Julho	322	390,10	125.612
Agosto	322	400,71	129.029
Setembro	322	412,24	132.741
Outubro	322	428,80	138.074
Novembro	321	445,95	143.150
Dezembro	<u>321</u>	463,80	<u>148.880</u>
TOTAIS	<u>3.862</u>		<u>1.491.972</u>

Obs: A seguir temos informações complementares s/ as aquisições e depreciações do Ativo Imobilizado

7.1) AQUISIÇÕES

<i>ITEM</i>	<i>VALOR EM CR\$ APÓS CORREÇÃO ESPECIAL</i>	<i>ORTN NA ÉPOCA DA CORREÇÃO ESPECIAL</i>	<i>VALOR DO ATIVO EM ORTN</i>
Móveis e Utensílios	1.101.000,	233,74	4.710
Máq. Equipamentos "a"	3.669.993,	233,74	15.701
Máq. Equipamentos "b"	2.568.995,	233,74	10.991
Máq. Equipamentos "c"	1.122.670,	(1) 238,32	4.710
Edifícios	1.468.000,	233,74	6.280
Terrenos	<u>4.429.681,</u>	233,74	<u>18.951</u>
TOTAIS	<u>14.360.339,</u>		<u>61.343</u>

(1) Aquisição em janeiro de 197(X+2)

7.2) DEPRECIAÇÕES

<i>ITEM</i>	<i>DEPR. EM ORTN ACUMULADA 197 (X+2)</i>	<i>DEPR. EM ORTN DE 197 (X+3)</i>	<i>DEPR. EM ORTN ACU- MULADA 197 (X+3)</i>
Móveis e Utensílios	942	471	1.413
Máq. Equipamentos "a"	3.140	1.570	4.710
Máq. Equipamentos "b"	1.649	1.099	2.748
Máq. Equipamentos "c"	471	471	942
Edifícios	<u>502</u>	<u>251</u>	<u>753</u>
TOTAIS	<u>6.704</u>	<u>3.862</u>	<u>10.566</u>

8) CORREÇÃO DO ATIVO PERMANENTE E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Calculada e registrada de acordo com o estabelecido p/ Lei das S/A. e Decreto Lei n.o 1598/77.

8.1) ATIVO PERMANENTE (exclusive Prov. p/ Depreciação)

ITEM	VALOR EM	VALOR EM	VALOR EM	CORREÇÃO
	ORTN	Cr\$ p/ ORTN 197(X+3)	Cr\$ p/ ORTN 197(X+2)	
Móv. Utensílios	4.710	2.184.498	1.500.000	684.498
Máq. Equipamentos "a"	15.701	7.282.124	5.000.000	2.282.124
Máq. Equipamentos "b"	10.991	5.095.771	3.500.000	1.595.771
Máq. Equipamentos "c"	4.710	2.184.498	1.500.000	684.498
Edifícios	6.280	2.912.664	2.000.000	912.664
Terrenos	<u>18.951</u>	<u>8.789.474</u>	<u>6.035.000</u>	<u>2.754.474</u>
TOTAIS	<u>61.343</u>	<u>28.449.029</u>	<u>19.535.000</u>	<u>8.914.029</u>

8.2) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Posição em 31 de dezembro de 197(X+2))

CONTA	VALOR EM	VALOR EM
	ORTN	Cr\$ p/ ORTN 197(X+2)
Capital	52.815	12.345.000
Correção do Capital	—	4.473.440
Cor. Esp. de Imobilizado	9.325	2.969.608
Prejuízo do Exercício	<u>(4.623)</u>	<u>(1.472.248)</u>
TOTAIS	<u>57.517</u>	<u>18.315.800</u>

No início de 197(X+3) os prejuízos acumulados de 197(X+2) foram compensados com a Correção Especial do Imobilizado. Os saldos da Correção do Capital e da própria conta Correção Especial do Imobilizado foram utilizados para aumentar o Capital. Desta forma a única conta do Patrimônio Líquido a ser corrigida em 197(X+3) é a conta Capital, como segue:

CONTA	VALOR EM ORTN	VALOR EM	VALOR EM	CORREÇÃO DE 197(X+3)
		Cr\$ p/ ORTN	Cr\$ p/ ORTN	
		197(X+3)	197(X+2)	
Capital	57.517	26.677.185	18.315.800	8.361.385

8.3) PROVISÃO P/ DEPRECIAÇÃO

8.3.1) CORREÇÃO DO SALDO DE 197(X+2)

ITEM	DEPR.	DEPR.	DEPR.	CORREÇÃO
	ACUM.	ACUM. Cr\$	ACUM. Cr\$	
	ORTN	197(X+2)	197(X+3)	
Móveis e Utensílios	942	300.000	436.900	136.900
Máq. Equipamentos "a"	3.140	1.000.000	1.456.332	456.332
Máq. Equipamentos "b"	1.649	525.000	764.806	239.806
Máq. Equipamentos "c"	471	150.000	218.450	68.450
Edifícios	502	160.000	232.828	72.828
TOTAIS	<u>6.704</u>	<u>2.135.000</u>	<u>3.109.316</u>	<u>974.316</u>

8.3.2) CORREÇÃO DA DEPRECIAÇÃO DE 197(X+3)

ITEM	DEPR. EM ORTN	DEPR. EM CR\$.	DEPR.EM Cr\$ p/ ORTN DEZ.	CORREÇÃO 197(X+3)
			197(X+3)	
Móveis e Utensílios	471	181.974	218.450	36.476
Máq. Equipamentos "a"	1.570	606.580	728.166	121.586
Máq. Equipamentos "b"	1.099	424.606	509.716	85.110
Máq. Equipamentos "c"	471	181.974	218.450	36.476
Edifícios	251	96.838	116.414	19.576
TOTAIS	<u>3.862</u>	<u>1.491.972</u>	<u>1.791.196</u>	<u>299.224</u>

9) ESTOQUES

A empresa utiliza o método FIFO de avaliação de estoques e ao final do período dispunha de Cr\$ 600.000, em estoques.

10) TAXAS UTILIZADAS

Mês	US\$	ORTN
dezembro 197X	12,345	179,68
janeiro 197(X+1)	12,590	183,65
julho 197(X+1)	14,560	213,80
dezembro 197(X+1)	16,050	233,74
janeiro 197(X+2)	16,250	238,32
dezembro 197(X+2)	20,920	318,44
janeiro 197(X+3)	21,790	326,82
fevereiro 197(X+3)	22,250	334,20
março 197(X+3)	23,130	341,97
abril 197(X+3)	23,790	350,51
maio 197(X+3)	25,655	363,64
junho 197(X+3)	25,655	377,54
julho 197(X+3)	26,115	390,10
agosto 197(X+3)	27,775	400,71
setembro 197(X+3)	29,825	412,24
outubro 197(X+3)	30,600	428,80
novembro 197(X+3)	31,370	445,95
dezembro 197(X+3)	32,150	463,80

Após o registro das operações demonstradas anteriormente, a empresa levantou seu Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados de 197(X+3), que são os seguintes:

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

Disponíveis	10.290.000	
Estoques	<u>600.000</u>	10.890.000

ATIVO PERMANENTE

Imobilizado

Móveis e Utensílios	2.184.498		
Máq. e Equipamentos	14.562.393		
Edifícios	2.912.664		
Terrenos	8.789.474		
Prov. p/ Depreciação	<u>(4.900.512)</u>	<u>23.548.517</u>	<u>34.438.517</u>

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

Prov. p/ Imp. de Renda	<u>780.000</u>	780.000
------------------------	----------------	---------

PASSIVO EXIGÍVEL DE LONGO PRAZO

Finan. no País	2.319.000	
Finan. no Exterior	<u>3.215.000</u>	5.534.000

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital	18.315.800		
Correção do Capital	8.361.385		
Resultado do Exercício	<u>1.447.332</u>	<u>28.124.517</u>	<u>34.438.517</u>

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Vendas	15.200.000
CMV – EI =	—
C =	8.100.000
EF =	<u>7.500.000</u>
Lucro Bruto	7.700.000
Despesas Operacionais	1.410.000
Depreciação	1.491.972
Desp. Correção Monetária	726.800
Desp. Variação Cambial	1.123.000
Corr. Monetária DL. n.o 1598/77	<u>720.896</u>
Lucro Líquido A.I.R.	2.227.332
Provisão p/ Imp. de Renda (35%)	<u>780.000 (1)</u>
Lucro Líquido D.I.R.	<u><u>1.447.332</u></u>

(1) Provisão p/ Imposto de Renda

Para o cálculo desta provisão não foi considerada a compensação do prejuízo do período 197(X+2)

BALANÇO DE 197(X+3) CONVERTIDO PARA DÓLARES

ATIVO			
	<i>CUSTO HIST. S/</i>	<i>TAXA DO</i>	
<i>ATIVO CIRCULANTE</i>	<i>CORR. LEGAL</i>	<i>DÓLAR</i>	<i>US\$</i>
Disponíveis	10.290.000	32,150	320.062
Estoques	<u>600.000</u>	32,150	<u>18.663</u>
	<u>10.890.000</u>		<u>338.725</u>
<i>ATIVO PERMANENTE</i>			
Móveis e Utensílios	880.800	12,590	69.960
Máq. Equipamentos	6.466.346	(A)	467.649
Edifícios	1.174.400	12,590	93.280
Terrenos	3.543.745	12,590	281.473
Prov. p/Depreciação	<u>(1.330.730)</u>	(B)	<u>(157.300)</u>
	<u>10.734.561</u>		<u>755.062</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>21.624.561</u>		<u>1.093.787</u>
PASSIVO			
<i>PASSIVO CIRCULANTE</i>			
Prov. p/Imposto de Renda	<u>780.000</u>	32,150	<u>24.261</u>
	<u>780.000</u>		<u>24.261</u>
<i>PASSIVO EXIGÍVEL DE LONGO PRAZO</i>			
Financiamento no País	2.319.000	32,150	72.131
Financiamento no Exterior	<u>3.215.000</u>	32,150	<u>100.000</u>
	<u>5.534.000</u>		<u>172.131</u>
<i>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</i>			
Capital	12.345.000	12,345	1.000.000
Reservas	<u>2.965.561</u>	(C)	<u>(102.605)</u>
	<u>15.310.561</u>		<u>897.395</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>21.624.561</u>		<u>1.093.787</u>

(A) – MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

<i>ITEM</i>	<i>CR\$</i>		
	<i>VALOR HISTÓRICO</i>	<i>TAXA DÓLAR AQUISIÇÃO</i>	<i>VALOR EM DÓLARES</i>
Máq. Equipamento "a"	2.935.995	12,59	233.200
Máq. Equipamento "b"	2.407.681	14,56	165.362
Máq. Equipamento "c"	<u>1.122.670</u>	16,25	<u>69.087</u>
TOTAIS	<u>6.466.346</u>		<u>467.649</u>

(B) – PROVISÃO PARA DEPRECIAÇÃO

<i>ITEM</i>	<i>VALOR EM DÓLARES</i>	<i>TAXA DEPR. ACUMULADA</i>	<i>VALOR DA DEPREC.</i>
Móveis e Utensílios	69.960	30%	20.988
Máq. Equipamentos "a"	233.200	30%	69.960
Máq. Equipamentos "b"	165.362	25%	41.341
Máq. Equipamentos "c"	69.087	20%	13.817
Edifícios	<u>93.280</u>	12%	<u>11.194</u>
TOTAIS	<u>630.889</u>		<u>157.300</u>

(C) – RESERVAS

Calculadas pela diferença aritmética entre o Ativo Total e o somatório das Obrigações e o Capital.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 197(X+3) CONVERTIDA PARA DÓLARES

<i>ITEM</i>	<i>US\$</i>
Vendas	573.317 (A)
CMV – El - o	
C - 307.265 (B)	
EF - 18.663	<u>288.602</u>
Lucro Bruto	284.715
Despesas Operacionais	53.496 (C)
Depreciação	57.493 (D)
Perda na Conversão	<u>108.401 (E)</u>
Lucro Líquido A.I.R.	65.325
Prov.p/Imposto de Renda	<u>24.261</u>
Lucro Líquido D.I.R.	<u>41.064</u>

(A) VENDAS

<i>MÊS</i>	<i>CR\$</i>	<i>TAXA DO DÓLAR</i>	<i>US\$</i>
Janeiro	1.200.000,	21,790	55.071
Fevereiro	1.100.000,	22,250	49.438
Março	1.400.000,	23,130	60.527
Abril	900.000,	23,790	37.831
Maio	1.000.000,	25,655	38.979
Junho	1.400.000,	25,655	54.570
Julho	1.200.000,	26,115	45.951
Agosto	1.500.000,	27,775	54.005
Setembro	1.000.000,	29,825	33.529
Outubro	1.500.000,	30,600	49.020
Novembro	1.400.000,	31,370	44.629
Dezembro	<u>1.600.000,</u>	32,150	<u>49.767</u>
TOTAIS	<u>15.200.000,</u>		<u>573.317</u>

(B) COMPRAS

<i>MÊS</i>	<i>CR\$</i>	<i>TAXA DO DÓLAR</i>	<i>US\$</i>
Janeiro	700.000,	21,790	32.125
Fevereiro	500.000,	22,250	22.472
Março	800.000,	23,130	34.587
Abril	700.000,	23,790	29.424
Maio	300.000,	25,655	11.694
Junho	900.000,	25,655	35.081
Julho	600.000,	26,115	22.975
Agosto	700.000,	27,775	25.203
Setembro	800.000,	29,825	26.823
Outubro	500.000,	30,600	16.340
Novembro	1.000.000,	31,370	31.878
Dezembro	<u>600.000,</u>	32,150	<u>18.663</u>
TOTAIS	<u>8.100.000,</u>		<u>307.265</u>

(C) DESPESAS OPERACIONAIS

<i>MÊS</i>	<i>CR\$</i>	<i>TAXA DO DÓLAR</i>	<i>US\$</i>
Janeiro	100.000,	21,790	4.589
Fevereiro	120.000,	22,250	5.393
Março	110.000,	23,130	4.756
Abril	130.000,	23,790	5.464
Maiο	110.000,	25,655	4.288
Junho	120.000,	25,655	4.677
Julho	120.000,	26,115	4.595
Agosto	100.000,	27,775	3.600
Setembro	130.000,	29,825	4.359
Outubro	110.000,	30,600	3.595
Novembro	120.000,	31,370	3.825
Dezembro	<u>140.000,</u>	32,150	<u>4.355</u>
TOTAIS	<u>1.410.000,</u>		<u>53.496</u>

OBS: Operações realizadas em dinheiro.

(D) DEPRECIAÇÃO

<i>ITEM</i>	<i>VALOR EM DÓLARES</i>	<i>TAXA</i>	<i>VALOR DA DEPRECIAÇÃO</i>
Móveis e Utensílios	69.960	10%	6.996
Máq. Equipamentos "a"	233.200	10%	23.320
Máq. Equipamentos "b"	165.362	10%	16.537
Máq. Equipamentos "c"	69.087	10%	6.908
Edifícios	93.280	4%	<u>3.732</u>
TOTAL			<u>57.493</u>

(E) PERDA NA CONVERSÃO

<i>Origem de Recursos</i>	<i>US\$</i>
Saldo Inicial de Itens Monetários (Ativo Monetário menos Passivo Monetário)	43.776
Vendas	<u>573.317</u>
TOTAL	617.093
 <i>Aplicação de Recursos</i>	
Compras de Estoques	307.265
Despesas Operacionais	53.496
Despesas de Imposto de Renda	<u>24.261</u>
TOTAL	385.022
 <i>Origem menos Aplicação de Recursos</i>	<u>232.071</u>
Menos : Saldo Final de Itens Monetários	<u>123.670</u>
<i>Perda na Conversão</i>	<u>108.401</u>

BALANÇO DE 197(X+2) CORRIGIDO P/ I.G.P.

ATIVO			
	<i>CUSTO</i>		
	<i>HISTÓRICO</i>		<i>CORRIGIDO</i>
ATIVO CIRCULANTE			
Disponíveis	2.000.000	x 3265/1973	3.300.000
Contas a Receber	<u>3.600.000</u>	x 3265/1973	<u>5.940.000</u>
	<u>5.600.000</u>		<u>9.240.000</u>
ATIVO PERMANENTE			
<i>Imobilizado</i>			
Móveis e Utensílios	880.800	x 3265/1047	2.748.096
Máq. e Equipamentos	6.466.346	x (A)	17.920.582
Edifícios	1.174.400	x 3265/1047	3.664.128
Terrenos	3.543.745	x 3265/1047	11.056.484
Prov.p/Depreciação	<u>(1.330.730)</u>	(B)	<u>(3.861.428)</u>
	<u>10.734.561</u>		<u>31.527.862</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>16.334.561</u></u>		<u><u>40.767.862</u></u>
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Credores Diversos	<u>1.000.000</u>	x 3265/1973	<u>1.650.000</u>
	<u>1.000.000</u>		<u>1.650.000</u>
PASSIVO EXIGÍVEL DE LONGO PRAZO			
Financiamento no País	1.592.200	x 3265/1973	2.627.130
Financiamento no Exterior	<u>2.092.000</u>	x 3265/1973	<u>3.451.800</u>
	<u>3.684.200</u>		<u>6.078.930</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital	12.345.000	x 3265/1010	39.874.350
Reservas	<u>(694.639)</u>	(C)	<u>(6.835.418)</u>
	<u>11.650.361</u>		<u>33.038.932</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>16.334.561</u></u>		<u><u>40.767.862</u></u>

(A) MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

ITEM	CUSTO			CORRIGIDO
	HISTÓRICO			
Máq. Equipamentos "a"	2.935.995	x 3265/1047		9.160.304
Máq. Equipamentos "b"	2.407.681	x 3265/1263		6.211.817
Máq. Equipamentos "c"	1.122.670	x 3265/1438		<u>2.548.461</u>
				<u>17.920.582</u>

(B) PROV. P/ DEPRECIAÇÃO

ITEM	CUSTO		%	DEPR.; HIST.
	HISTÓRICO		DEPR.	ACUMULADA
Móveis e Utensílios	880.800		20	176.160
Máq. Equipamentos "a"	2.935.995		20	587.199
Máq. Equipamentos "b"	2.407.681		15	361.152
Máq. Equipamentos "c"	1.122.670		10	112.267
Edifícios	1.174.400		8	<u>93.952</u>
				<u>1.330.730</u>

ITEM	DEPR. HIST.			CORRIGIDA
	ACUMULADA			
Móveis e Utensílios	176.160	x 3265/1047		549.619
Máq. Equipamentos "a"	587.199	x 3265/1047		1.832.061
Máq. Equipamentos "b"	361.152	x 3265/1263		931.772
Máq. Equipamentos "c"	112.267	x 3265/1438		254.846
Edifícios	93.952	x 3265/1047		<u>293.130</u>
				<u>3.861.428</u>

(C) RESERVAS

Calculadas pela diferença aritmética entre o Ativo Total e o somatório das obrigações e o capital.

BALANÇO DE 197(X+3) CORRIGIDO P/ I.G.P.

ATIVO			
	CUSTO		
	HISTÓRICO		CORRIGIDO
<i>ATIVO CIRCULANTE</i>			
Disponíveis	10.290.000	x 3265/3265	10.290.000
Estoques	<u>600.000</u>	x 3265/3265	<u>600.000</u>
	<u>10.890.000</u>		<u>10.890.000</u>
<i>ATIVO PERMANENTE</i>			
<i>Imobilizado</i>			
Móveis e Utensílios	880.800	x 3265/1047	2.748.096
Máq. e Equipamentos	6.466.346	x (A)	17.920.582
Edifícios	1.174.400	x 3265/1047	3.664.128
Terrenos	3.543.745	x 3265/1047	11.056.484
Prov.p/Depreciação	<u>(2.112.421)</u>	(B)	<u>(6.074.863)</u>
	<u>9.952.870</u>		<u>29.314.427</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>20.842.870</u>		<u>40.204.427</u>
PASSIVO			
<i>PASSIVO CIRCULANTE</i>			
Prov. p/ Imposto de Renda	<u>780.000</u>	x 3265/3265	<u>780.000</u>
	<u>780.000</u>		<u>780.000</u>
<i>PASSIVO EXIGÍVEL DE LONGO PRAZO</i>			
Financiamento no País	2.319.000	x 3265/3265	2.319.000
Financiamento no Exterior	<u>3.215.000</u>	x 3265/3265	<u>3.215.000</u>
	<u>5.534.000</u>		<u>5.534.000</u>
<i>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</i>			
Capital	12.345.000	x 3265/1010	39.874.350
Reservas	<u>2.183.870</u>	(C)	<u>(5.983.923)</u>
	<u>14.528.870</u>		<u>33.890.427</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>20.842.870</u>		<u>40.204.427</u>

(A) MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

O cálculo é o mesmo efetuado para o balanço de 197(X+2), pois no exercício de 197(X+3) não houveram inclusões ou baixas nesta conta.

(B) PROV. P/ DEPRECIAÇÃO

	<i>CUSTO</i>	<i>%</i>	<i>DEPR. HIST.</i>
<i>ITEM</i>	<i>HISTÓRICO</i>	<i>DEPR.</i>	<i>ACUMULADA</i>
Móveis e Utensílios	880.800	30	264.240
Máq. Equipamentos "a"	2.935.995	30	880.799
Máq. Equipamentos "b"	2.407.681	25	601.920
Máq. Equipamentos "c"	1.122.670	20	224.534
Edifícios	1.174.400	12	140.928
			<u>2.112.421</u>

	<i>DEPR. HIST.</i>			
<i>ITEM</i>	<i>ACUMULADA</i>			<i>CORRIGIDA</i>
Móveis e Utensílios	264.240	x	3265/1047	824.429
Máq. Equipamentos "a"	880.799	x	3265/1047	2.748.093
Máq. Equipamentos "b"	601.920	x	3265/1263	1.552.954
Máq. Equipamentos "c"	224.534	x	3265/1438	509.692
Edifícios	140.928	x	3265/1047	439.695
				<u>6.074.863</u>

(C) RESERVAS

Calculadas pela diferença aritmética entre o Ativo Total e o somatório das obrigações e o capital.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE 197(X+3) CORRIGIDO P/ I.G.P.

<i>ITEM</i>	<i>VALOR CORRIGIDO</i>
Vendas	19.277.000 (A)
CMV	<u>9.728.000 (B)</u>
Lucro Bruto	9.549.000
Despesas Operacionais	1.800.700 (C)
Depreciação	2.213.435 (D)
Desp. Correção Monetária	959.380 (E)
Desp. Variação Cambial	<u>1.482.360 (F)</u>
Lucro Líquido A.I.R.	3.093.125
Prov. p/ Impôsto de Renda	780.000
Perda nos Itens Monetários	<u>1.461.630 (G)</u>
Lucro Líquido D.I.R. Corrigido p/ I.G.P.	<u>851.495 (H)</u>

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

<i>MÊS</i>	<i>I.G.P.</i>	<i>FAT.CONV.P/ DEZ. 197(X+3)</i>
Dezembro 197X	1010	3,23
Janeiro 197(X+1)	1047	3,12
Julho 197(X+1)	1263	2,58
Janeiro 197(X+2)	1438	2,27
Dezembro 197(X+2)	1973	1,65
Janeiro 197(X+3)	2045	1,60
Fevereiro 197(X+3)	2122	1,54
Março 197(X+3)	2245	1,45
Abril 197(X+3)	2329	1,40
Maio 197(X+3)	2384	1,37
Junho 197(X+3)	2466	1,32
Julho 197(X+3)	2574	1,27
Agosto 197(X+3)	2724	1,20
Setembro 197(X+3)	2863	1,14
Outubro 197(X+3)	2991	1,09
Novembro 197(X+3)	3125	1,04
Dezembro 197(X+3)	3265	1,00

(A) VENDAS

<i>MÊS</i>	<i>VALOR HISTÓRICO</i>	<i>FATOR CONV.</i>	<i>VALOR CORRIGIDO</i>
Janeiro	1.200.000	x 1,60	1.920.000
Fevereiro	1.100.000	x 1,54	1.694.000
Março	1.400.000	x 1,45	2.030.000
Abril	900.000	x 1,40	1.260.000
Maio	1.000.000	x 1,37	1.370.000
Junho	1.400.000	x 1,32	1.848.000
Julho	1.200.000	x 1,27	1.524.000
Agosto	1.500.000	x 1,20	1.800.000
Setembro	1.000.000	x 1,14	1.140.000
Outubro	1.500.000	x 1,09	1.635.000
Novembro	1.400.000	x 1,04	1.456.000
Dezembro	<u>1.600.000</u>	x 1,00	<u>1.600.000</u>
TOTAIS	<u>15.200.000</u>		<u>19.277.000</u>

(B) CMV – Utilizando-se a fórmula $CMV = EI + C - EF$, temos:
COMPRAS

<i>MÊS</i>	<i>VALOR HISTÓRICO</i>	<i>FATOR CONV.</i>	<i>VALOR CORRIGIDO</i>
Janeiro	700.000	x 1,60	1.120.000
Fevereiro	500.000	x 1,54	770.000
Março	800.000	x 1,45	1.160.000
Abril	700.000	x 1,40	980.000
Maio	300.000	x 1,37	411.000
Junho	900.000	x 1,32	1.188.000
Julho	600.000	x 1,27	762.000
Agosto	700.000	x 1,20	840.000
Setembro	800.000	x 1,14	912.000
Outubro	500.000	x 1,09	545.000
Novembro	1.000.000	x 1,04	1.040.000
Dezembro	<u>600.000</u>	x 1,00	<u>600.000</u>
TOTAIS	<u>8.100.000</u>		<u>10.328.000</u>

$$\text{Logo CMV} = 10.328.000 - 600.000 = \underline{\underline{9.728.000}}$$

(C) DESPESAS OPERACIONAIS

<i>MÊS</i>	<i>VALOR HISTÓRICO</i>	<i>FATOR CONV.</i>	<i>VALOR CORRIGIDO</i>
Janeiro	100.000	x 1,60	160.000
Fevereiro	120.000	x 1,54	184.800
Março	110.000	x 1,45	159.500
Abril	130.000	x 1,40	182.000
Maio	110.000	x 1,37	150.700
Junho	120.000	x 1,32	158.400
Julho	120.000	x 1,27	152.400
Agosto	100.000	x 1,20	120.000
Setembro	130.000	x 1,14	148.200
Outubro	110.000	x 1,09	119.900
Novembro	120.000	x 1,04	124.800
Dezembro	140.000	x 1,00	140.000
TOTAIS	<u>1.410.000</u>		<u>1.800.700</u>

(D) DEPRECIAÇÃO

<i>ITEM</i>	<i>CUSTO HISTÓRICO</i>	<i>% DEPR.</i>	<i>VALOR HIST. DEPRECIAÇÃO</i>	<i>FATOR CONV.</i>	<i>DEPRECIAÇÃO CORRIGIDA</i>
Móv. Utensílios	880.800	10	88.080	x 3,12	274.810
Máq. Equip. "a"	2.935.995	10	293.600	x 3,12	916.032
Máq. Equip. "b"	2.407.681	10	240.768	x 2,58	621.182
Máq. Equip. "c"	1.122.670	10	112.267	x 2,27	254.846
Edifícios	1.174.400	4	<u>46.976</u>	x 3,12	<u>146.565</u>
TOTAIS			<u>781.691</u>		<u>2.213.435</u>

(E) DESPESAS DE CORREÇÃO MONETÁRIA

Para efeito de simplificação do exercício admitimos que essas despesas formaram-se normalmente durante o período, isto é, crescimento uniforme. Então temos:

$$726.800 \times 3265/2466 = \underline{\underline{959.380}}$$

(F) DESPESAS DE VARIAÇÃO CAMBIAL

Utilizamos o mesmo critério das Desp. de Correção Monetária.

$$1.123.000 \times 3265/2466 = \underline{\underline{1.482.360}}$$

(G) PERDA NOS ITENS MONETÁRIOS

Saldo Inicial dos Itens Monetários = (5.600.000 – 4.684.200) = 915.800
915.800 x 0,65 = 595.270 P

Acréscimos mensais líquidos dos Itens Monetários
(Vendas) – (Compras + Desp. Operacionais)

			Δ NOS ATIVOS E PASSIVOS MONETÁRIOS
MÊS	ACRÊSCIMO	FAT. CONV.	
Janeiro	400.000	x 0,60	240.000 P
Fevereiro	480.000	x 0,54	259.200 P
Março	490.000	x 0,45	220.500 P
Abril	70.000	x 0,40	28.000 P
Maio	590.000	x 0,37	218.300 P
Junho	380.000	x 0,32	121.600 P
Julho	480.000	x 0,27	129.600 P
Agosto	700.000	x 0,20	140.000 P
Setembro	70.000	x 0,14	9.800 P
Outubro	890.000	x 0,09	80.100 P
Novembro	280.000	x 0,04	11.200 P
Dezembro	860.000	—	—
			<u>1.458.300 P</u>

Acréscimo da dívida de Longo Prazo

Financiamento no País	726.800
Financiamento no Exterior	<u>1.123.000</u>
Total	1.849.800 x 0,32 = <u>591.940 G</u>

Perda líquida dos Itens Monetários:

$$(595.270 + 1.458.300) - 591.940 = \underline{\underline{1.461.630 P}}$$

P = Perda

G = Ganho

(H) LUCRO LÍQUIDO CORRIGIDO P/ I.G.P.

Neste exemplo simples o Lucro Líquido Corrigido também pode ser calculado pela simples diferença dos Patrimônios Líquidos Corrigidos de 197(X+3) e 197(X+2), ou seja

$$(33.890.427 - 33.038.932) = \underline{\underline{851.495}}$$

**BALANÇO DE 197(X+3) CORRIGIDO PELO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS E CONVER-
TIDO PELA TAXA DE DÓLAR VIGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 197(X+3)**

ATIVO		
	<i>VALOR CORRIGIDO</i>	<i>VALOR EM</i>
<i>ATIVO CIRCULANTE</i>	<i>P/ IGP</i>	<i>DÓLARES</i>
Disponíveis	10.290.000	320.062
Estoques	<u>600.000</u>	<u>18.663</u>
	<u>10.890.000</u>	<u>338.725</u>
 <i>ATIVO PERMANENTE</i>		
<i>Imobilizado</i>		
Móveis e Utensílios	2.748.096	85.477
Máquinas e Equipamentos	17.920.582	557.405
Edifícios	3.664.128	113.970
Terrenos	11.056.484	343.903
Prov. p/Depreciação	<u>(6.074.863)</u>	<u>(188.954)</u>
	<u>29.314.427</u>	<u>911.801</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>40.204.427</u></u>	<u><u>1.250.526</u></u>
 PASSIVO		
 <i>PASSIVO CIRCULANTE</i>		
Prov. p/ Imposto de Renda	<u>780.000</u>	<u>24.261</u>
	<u>780.000</u>	<u>24.261</u>
 <i>PASSIVO EXIGÍVEL DE LONGO PRAZO</i>		
Financiamento no País	2.319.000	72.131
Financiamento no Exterior	<u>3.215.000</u>	<u>100.000</u>
	<u>5.534.000</u>	<u>172.131</u>
 <i>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</i>		
Capital	39.874.350	1.000.000
Reservas	<u>(5.983.923)</u>	<u>54.134</u>
	<u>33.890.427</u>	<u>1.054.134</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u><u>40.204.427</u></u>	<u><u>1.250.526</u></u>

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 197(X+3) CORRIGIDO PELO ÍNDICE
GERAL DE PREÇOS E CONVERTIDO PELA TAXA DE DÓLAR VIGENTE EM
31 DE DEZEMBRO 197(X+3)**

<i>CONTAS</i>	<i>VALOR CORRIGIDO P/IGP</i>	<i>VALOR EM DÓLARES</i>
Vendas	19.277.000	599.596
CMV	<u>9.728.000</u>	<u>302.582</u>
Lucro Bruto	9.549.000	297.014
Despesas Operacionais	1.800.700	56.009
Depreciação	2.213.435	68.847
Despesa de Correção Monetária	959.380	29.841
Despesa de Variação Cambial	<u>1.482.360</u>	<u>46.108</u>
Lucro Líquido AIR	3.093.125	96.209
Provisão p/ Imp. de Renda	<u>780.000</u>	<u>24.261</u>
Lucro Líquido DIR	2.313.125	71.948
Perdas nos Itens Monetários	<u>1.461.630</u>	<u>45.463</u>
Lucro Líquido Corrigido	<u>851.495</u>	<u>26.485</u>

**BALANÇO DE 197(X+2) CORRIGIDO PELO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE
197(X+3) E CONVERTIDO PELA TAXA DE DÓLAR VIGENTE EM 31 DE DEZEMBRO
DE 197(X+3)**

ATIVO		
	VALOR CORRIGIDO	VALOR EM
ATIVO CIRCULANTE	P/IGP	DÓLARES
Disponíveis	3.300.000	102.644
Contas a Receber	5.940.000	184.759
	<u>9.240.000</u>	<u>287.403</u>
ATIVO PERMANENTE		
<i>Imobilizado</i>		
Móveis e Utensílios	2.748.096	85.477
Máquinas e Equipamentos	17.920.582	557.405
Edifícios	3.664.128	113.970
Terrenos	11.056.484	343.903
Prov. p/Depreciação	(3.861.428)	(120.107)
	<u>31.527.862</u>	<u>980.648</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>40.767.862</u>	<u>1.268.051</u>
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Credores Diversos	1.650.000	51.322
	<u>1.650.000</u>	<u>51.322</u>
PASSIVO EXIGÍVEL DE LONGO PRAZO		
Financiamento no País	2.627.130	81.715
Financiamento no Exterior	3.451.800	107.365
	<u>6.078.930</u>	<u>189.080</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital	39.874.350	1.000.000
Reservas	(6.835.418)	27.649
	<u>33.038.932</u>	<u>1.027.649</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>40.767.862</u>	<u>1.268.051</u>

5.3 – Análise das Demonstrações Financeiras

A simples comparação dos resultados, obtidos nas demonstrações convertidas para dólares, já dá idéia das diferenças que podemos encontrar quando utilizamos um ou outro método de conversão. Vejamos: enquanto o lucro líquido depois do imposto de renda, apurado através da utilização da sistemática tradicional de conversão de demonstrações financeiras apresenta um valor igual a US\$ 41.064, o lucro líquido depois do imposto de renda, apurado nas demonstrações convertidas para dólares após a correção pelo índice geral de preços, apresenta valor igual a US\$ 26.485.

Para termos condições de apreciar outras diferenças significativas, a seguir calcularemos e analisaremos alguns quocientes para o exercício de 197(X+3) que mostrarão o que acabamos de afirmar. Os dados tomados são das demonstrações em dólares na forma de conversão tradicional e na forma de conversão proposta, ou seja, convertidos após a correção pelo índice geral de preços.

5.3.1 – Quocientes de Liquidez

Esses quocientes são indicativos da capacidade da empresa para liquidar suas dívidas.

$$\text{a) quociente de liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{a.1) forma tradicional} = \frac{338.725}{24.261} = 13,96$$

$$\text{a.2) forma corrigida p/ IGP} = \frac{338.725}{24.261} = 13,96$$

$$\text{b) quociente de liquidez geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável L. Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível Longo Prazo}}$$

$$\text{b.1) forma tradicional} = \frac{338.725}{(24.261 + 172.131)} = 1,72$$

$$\text{b.2) forma corrigida p/ IGP} = \frac{338.725}{(24.261 + 172.131)} = 1,72$$

Para este exemplo, os quocientes de liquidez apresentados são exatamente iguais, principalmente porque a formação dos estoques foi tomada como sendo próxima a data do balanço. Houvesse formação de estoques ou despesas antecipadas, em períodos anteriores a data do balanço e o crescimento do índice geral de preços fosse diferente do crescimento da taxa cambial, estes quocientes poderiam se apresentar com diferenças relevantes.

5.3.2 — Retorno sobre o Patrimônio Líquido

Este quociente é, do ponto de vista do acionista, um dos mais importantes pois, mede a rentabilidade do investimento efetuado.

$$\text{a) Retorno s/ patrimônio líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido (D.I.R.)}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

$$\text{a.1) forma tradicional} = \frac{41.064}{897.395} = 0,05$$

$$\text{a.2) Forma corrigida p/ IGP} = \frac{26.485}{1.027.649} = 0,03$$

A diferença percentual de 67% (0,05/0,03) entre as formas tradicional e corrigida mostra-nos a necessidade de ser considerado o sistema de conversão proposto. Com essa brutal diferença de resultados (em nosso exemplo o lucro apurado na forma tradicional foi maior que na forma corrigida, mas poderá ser diferente para outras empresas, dependendo da estrutura de seus balanços) a empresa poderá estar distribuindo resultados (ou deixando de distribuir) acima de sua capacidade, podendo provocar sua rápida descapitalização.

5.3.3 Quociente de endividamento

Este quociente pode nos mostrar se existe ou não algum grau de dependência de capitais externos. Se este quociente se apresentar durante vários períodos consecutivos com valor menor que um, indicará grande grau de dependência de capitais de terceiros, podendo ser indicativo de uma provável falência. Isto não quer dizer que todas as empresas que tem

quociente menor que um irão falir, mas é um indicativo e se tomarmos exemplos de empresas já falidas poderemos verificar que grande parte delas demonstravam grande grau de dependência de capitais de terceiros.

$$\text{a) Capitais próprios/capitais de terceiros} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Exigível Total}}$$

$$\text{a.1) forma tradicional} = \frac{897.395}{(24.261 + 172.131)} = 4,57$$

$$\text{a.2) forma corrigida p/I GP} = \frac{1.054.134}{(24.261 + 172.131)} = 5,37$$

Da mesma forma que nos quocientes calculados anteriormente este também apresenta uma diferença percentual (18%) significativa e portanto não pode ser desconsiderada.

A análise desses poucos quocientes mostrou claramente que podem existir diferenças altamente relevantes quando se utiliza um ou outro método de conversão das demonstrações financeiras. Ressalve-se ainda que a análise vertical também poderá ser muito afetada.

5.4 – CORREÇÃO PELO ÍNDICE NORTE AMERICANO DE PREÇOS POR ATACADO

BALANÇO DE 197(X+2) EM DÓLARES

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

Disponíveis	95.602	x	1,14	108.986
Contas a Receber	<u>172.084</u>	x	1,14	<u>196.176</u>
	<u>267.686</u>			<u>305.162</u>

ATIVO PERMANENTE

Móveis e Utensílios	69.960	x	1,31	91.648
Máq. e Equipamentos	467.649		(A)	600.479
Edifícios	93.280	x	1,31	122.197
Terrenos	281.473	x	1,31	368.730
Prov.p/Depreciação	<u>(99.807)</u>		(B)	<u>(129.202)</u>
	<u>812.555</u>			<u>1.053.852</u>

TOTAL DO ATIVO	<u>1.080.241</u>			<u>1.359.014</u>
----------------	------------------	--	--	------------------

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

Credores Diversos	<u>47.801</u>	x	1,14	<u>54.493</u>
	<u>47.801</u>			<u>54.493</u>

PASSIVO EXIGÍVEL DE LONGO PRAZO

Financiamento no País	76.109	x	1,14	86.764
Financiamento no Exterior	<u>100.000</u>	x	1,14	<u>114.000</u>
	<u>176.109</u>			<u>200.764</u>

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital	1.000.000	x	1,32	1.320.000
Reservas	<u>(143.669)</u>		(D)	<u>(216.243)</u>
	<u>856.331</u>			<u>1.103.757</u>

TOTAL DO PASSIVO	<u>1.080.241</u>			<u>1.359.014</u>
------------------	------------------	--	--	------------------

CORREÇÃO PELO ÍNDICE NORTE AMERICANO DE PREÇOS POR ATACADO

BALANÇO DE 197(X+3) EM DÓLARES

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

Disponíveis	320.062	x	1,00	320.062
Estoques	<u>18.663</u>	x	1,00	<u>18.663</u>
	<u>338.725</u>			<u>338.725</u>

ATIVO PERMANENTE

Móveis e Utensílios	69.960	x	1,31	91.648
Máq. e Equipamentos	467.649		(A)	600.479
Edifícios	93.280	x	1,31	122.197
Terrenos	281.473	x	1,31	368.730
Prov.p/Depreciação	<u>(157.300)</u>		(C)	<u>(203.304)</u>
	<u>755.062</u>			<u>979.750</u>

TOTAL DO ATIVO	<u>1.093.787</u>			<u>1.318.475</u>
----------------	------------------	--	--	------------------

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

Prov. p/ Imposto de Renda	<u>24.261</u>	x	1,00	<u>24.261</u>
	<u>24.261</u>			<u>24.261</u>

PASSIVO EXIGÍVEL DE LONGO PRAZO

Financiamento no País	72.131	x	1,00	72.131
Financiamento no Exterior	<u>100.000</u>	x	1,00	<u>100.000</u>
	<u>172.131</u>			<u>172.131</u>

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital	1.000.000	x	1,32	1.320.000
Reservas	<u>(102.605)</u>	x	(D)	<u>(197.917)</u>
	<u>897.395</u>			<u>1.122.083</u>

TOTAL DO PASSIVO	<u>1.093.787</u>			<u>1.318.475</u>
------------------	------------------	--	--	------------------

(A) MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

<i>US\$</i>			
<i>ITEM</i>	<i>VALOR HISTÓRICO</i>	<i>FATOR DE CONVERSÃO</i>	<i>VALOR CORRIGIDO</i>
Equipamentos "a"	233.200	1,31	305.492
Equipamentos "b"	165.362	1,27	210.010
Equipamentos "c"	<u>69.087</u>	1,23	<u>84.977</u>
TOTAIS	<u>467.649</u>		<u>600.479</u>

(B) PROV. P/ DEPRECIAÇÃO

<i>ITEM</i>	<i>DEPR. EM DÓLARES</i>	<i>FATOR DE CONVERSÃO</i>	<i>DEPR. CORRIGIDA</i>
Móveis e Utensílios	13.992	1,31	18.330
Máq. Equipamentos "a"	46.640	1,31	61.098
Máq. Equipamentos "b"	24.804	1,27	31.501
Máq. Equipamentos "c"	6.909	1,23	8.498
Edifícios	<u>7.462</u>	1,31	<u>9.775</u>
TOTAIS	<u>99.807</u>		<u>129.202</u>

(C) PROVISÃO P/ DEPRECIAÇÃO

<i>ITEM</i>	<i>DEPR. EM DÓLARES</i>	<i>FATOR DE CONVERSÃO</i>	<i>DEPR. CORRIGIDA</i>
Móveis e Utensílios	20.988	1,31	27.494
Máq. Equipamentos "a"	69.960	1,31	91.648
Máq. Equipamentos "b"	41.341	1,27	52.503
Máq. Equipamentos "c"	13.817	1,23	16.995
Edifícios	<u>11.194</u>	1,31	<u>14.664</u>
TOTAIS	<u>157.300</u>		<u>203.304</u>

(D) RESERVAS

Calculadas pela diferença aritmética entre o Ativo Total e o somatório das obrigações e o capital.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 197(X+3) EM DÓLARES, CORRIGIDA
PELO ÍNDICE NORTE-AMERICANO DE PREÇOS P/ ATACADO**

Vendas	573.317	x 1,06	607.716
CMV = EI —			
C — 307.265	x 1,06	325.701	
EF — <u>18.663</u>	x 1,00	<u>18.663</u>	<u>307.038</u>
Lucro bruto	284.715		300.678
Despesas Operacionais	53.496	1,06	56.706
Depreciação	57.493	(A)	74.102
Provisão p/ I. Renda	<u>24.261</u>	x 1,00	<u>24.261</u>
Resultado Parcial	149.465		145.609
Perda na conversão	108.401	—	108.401
Perda nos Itens Monet.	<u>—</u>	(B)	<u>18.882</u>
Lucro Líquido	<u>41.064</u>		<u>18.326</u>

(A) DEPRECIAÇÃO

<i>ITEM</i>	<i>VALOR HISTÓRICO</i>	<i>FATOR DE CONVERSÃO</i>	<i>VALOR CORRIGIDO</i>
Móveis e Utensílios	6.996	1,31	9.165
Máq. Equipamentos "a"	23.320	1,31	30.549
Máq. Equipamentos "b"	16.537	1,27	21.002
Máq. Equipamentos "c"	6.908	1,23	8.497
Edifícios	<u>3.732</u>	1,31	<u>4.889</u>
TOTAIS	<u>57.493</u>		<u>74.102</u>

(B) PERDAS NOS ITENS MONETÁRIOS

$$\text{S.I.I.M.} = 267.686 - (47.801 + 176.109) = 43.776 \times 0,14 = \underline{\underline{6.129}} \text{ (P)}$$

ACRÉSCIMO LÍQUIDO AOS ITENS MONETÁRIOS

Vendas – (Desp. Operacionais + Compras)

$$573.317 - (53.496 + 307.265) = 212.556 \times 0,06 = \underline{\underline{12.753}} \text{ (P)}$$

$$\text{Total} = 6.129 + 12.753 = \underline{\underline{18.882}} \text{ (P)}$$

TABELA DE ÍNDICES UTILIZADA

	<i>ÍNDICES</i>	<i>FATOR DE CONVERSÃO</i>
DEZ. 197(X)	169.5	1,32
JAN. 197(X+1)	170.3	1,31
JUL. 197(X+1)	176.5	1,27
JAN. 197(X+2)	181.1	1,23
DEZ. 197(X+2)	196.9	1,14
JUN. 197(X+3)	211.1	1,06
DEZ. 197(X+3)	223.4	1,00

BALANÇOS DE 197(X+3)

(Em Dólares)

ATIVO

	FORMA TRADICIONAL	CORRIGIDO P/I.G.P.	CORRIGIDO P/I.P.A. NORTE AMERICANO
<i>ATIVO CIRCULANTE</i>			
Disponíveis	320.062	320.062	320.062
Estoques	<u>18.663</u>	<u>18.663</u>	<u>18.663</u>
	<u>338.725</u>	<u>338.725</u>	<u>338.725</u>
<i>ATIVO PERMANENTE</i>			
Móveis e Utensílios	69.960	85.477	91.648
Máq. e Equipamentos	467.649	557.405	600.479
Edifícios	93.280	113.970	122.197
Terrenos	281.473	343.903	368.730
Prov. p/ Depreciação	<u>(157.300)</u>	<u>(188.954)</u>	<u>(203.304)</u>
	<u>755.062</u>	<u>911.801</u>	<u>979.750</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>1.093.787</u>	<u>1.250.526</u>	<u>1.318.475</u>

PASSIVO

<i>PASSIVO CIRCULANTE</i>			
Prov. p/ Imposto de Renda	<u>24.261</u>	<u>24.261</u>	<u>24.261</u>
	<u>24.261</u>	<u>24.261</u>	<u>24.261</u>
<i>PASSIVO EXIGÍVEL DE LONGO PRAZO</i>			
Financiamento no País	72.131	72.131	72.131
Financiamento no Exterior	<u>100.000</u>	<u>100.000</u>	<u>100.000</u>
	<u>172.131</u>	<u>172.131</u>	<u>172.131</u>
<i>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</i>			
Capital	1.000.000	1.000.000	1.320.000
Reservas	<u>(102.605)</u>	<u>54.134</u>	<u>(197.917)</u>
	<u>897.395</u>	<u>1.054.134</u>	<u>1.122.083</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>1.093.787</u>	<u>1.250.526</u>	<u>1.318.475</u>

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE 197(X+3)

(Em Dólares)

<i>CONTAS</i>	<i>FORMA TRADICIONAL</i>	<i>CORRIGIDA P/ I.G.P.</i>	<i>CORRIGIDA P/ I.P.A NORTE- AMERICANO</i>
Vendas	573.317	599.596	607.716
CMV	<u>288.602</u>	<u>302.582</u>	<u>307.038</u>
Lucro Bruto	284.715	297.014	300.678
Despesas Operacionais	53.496	56.009	56.706
Desp.Corr.Monet./Var.Cambial	—	75.949	—
Depreciação	57.493	68.847	74.102
Prov.p/Imposto de Renda	24.261	24.261	24.261
Perda na Conversão	108.401	—	108.401
Perda nos Itens Monetários	<u>—</u>	<u>45.463</u>	<u>18.882</u>
Lucro Líquido	<u>41.064</u>	<u>26.485</u>	<u>18.326</u>
 <u>Lucro Líquido</u>	 0,037	 0,021	 0,013
Ativo Total			
 <u>Lucro Líquido</u>	 0,045	 0,025	 0,016
Patrimônio Líquido			

CAPÍTULO VI

PROBLEMAS CONTÁBEIS DA MAXIDESVALORIZAÇÃO DO CRUZEIRO

6.1 – Comentários Gerais

O Brasil adotou, a partir de 1968, a política de miniajustamentos da taxa cambial. Este sistema consiste em modificar a taxa de câmbio oficial em intervalos pequenos de duração que podem variar entre, 5 dias como ocorreu em dezembro de 1979, 14 dias como ocorreu em dezembro de 1977, ou ainda 84 dias como ocorreu em dezembro de 1973.

Como não é objeto deste trabalho, não nos aprofundaremos no estudo das razões técnicas que apresentem vantagens ou desvantagens na adoção do sistema de miniajustamentos. Para nosso trabalho deve ser destacado que o sistema de miniajustamentos foi adotado pelos responsáveis pela política monetária brasileira e como tal tem seus efeitos na vida das empresas. Tais efeitos puderam ser bem percebidos, principalmente, no estudo do exemplo prático apresentado no capítulo anterior.

Ocorre que, depois de praticamente 11 anos de miniajustamentos, todos foram pegos de surpresa com a posição adotada pelo governo, qual seja a de proceder uma desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar, da ordem de 30%. Saliente-se que esta maxidesvalorização não significou o final da política de miniajustamentos, muito pelo contrário,

tal política deverá ser mantida, conforme afirmou o Presidente da República em discurso proferido em 7 de dezembro de 1979:

“ . . . É dentro desta visão — que nos parece absolutamente realista no plano econômico, social e político — que se impõe a urgente atualização de nossa taxa de câmbio. Esta desvalorização não representa o fim da política de minidesvalorizações do cruzeiro, que vem sendo praticada com grande sucesso desde 1968. Pelo contrário, ela foi realizada justamente para assegurar a sua manutenção, uma vez internalizada definitivamente a pressão exógena representada pela mudança na relação dos preços de nossas importações “vis-a-vis” o preço de nossas exportações, provocada pela crise do petróleo.

A partir desse novo patamar, votamos à política convencional de desvalorizações em intervalos curtos e irregulares, levando em conta a diferença entre inflação interna e a inflação mundial e buscando sempre assegurar um nível adequado de rentabilidade ao setor exportador, de forma a evitar, simultaneamente, qualquer estímulo artificial às importações . . . ”

6.2 — Maxidesvalorização e o problema de sua contabilização

A este respeito é importante fazer-se um retrospecto do que ocorreu, para se ter ideia das diversas posições assumidas em relação a que tratamento contábil adotar-se diante da nova situação.

O decreto-lei n.º 1733 de 20 de dezembro de 1979 normalizava o seguinte:

“ Art. 1.º — A pessoa jurídica que computar como despesa a contra-partida da variação cambial das obrigações em moeda estrangeira somente poderá apropriar, na determinação do lucro real, importância que não exceder o limite da variação do valor da Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) no mesmo período.

Parágrafo 1.º — O valor não computado como despesa poderá ser considerado como acréscimo do custo dos bens do ativo imobilizado ou diferido para posterior amortização.”

Esse decreto foi aceito pela Comissão de Valores Mobiliários que em sua deliberação CVM n.º 08, de 8 de janeiro de 1980, no item “IV-b” que orientava sobre a destinação da variação cambial especial, dizia o seguinte:

“como ativo diferido, para amortização em período não superior a 5 (cinco) anos,

a partir do exercício social imediatamente subsequente ao exercício social que incluir o mês de dezembro de 1979, referido no ítem II. Verificando-se a liquidação parcial ou total da obrigação, pelo pagamento ou pela conversão em capital, a amortização poderá ser feita pelo valor correspondente, ainda que antes de decorrido o período de 5 anos”

Claro está que tal procedimento fere frontalmente aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, além de ser contrário a própria lei das sociedades por ações.

Entendemos perfeitamente que a apropriação como despesa, referente a atualização dos empréstimos em moeda estrangeira provocaria grandes danos ao orçamento federal, pois essa atualização reduziria o lucro real das empresas, reduzindo consequentemente o imposto de renda a ser recebido pela União. Apenas para se ter idéia do reflexo de tal medida, segundo artigo publicado no jornal “O Estado de São Paulo” de 16 de dezembro de 1979, página 65, a receita da União seria reduzida em aproximadamente Cr\$ 70 bilhões.

Apenas deve ser ressaltado o seguinte, mesmo com essa variação provocada no orçamento federal, não é justificável o descumprimento dos princípios de contabilidade, afetando dessa forma as demonstrações financeiras de todas as empresas que possuissem valores em moeda estrangeira, pois o governo dispõe de outros mecanismos e formas que podem minimizar o problema.

A este respeito cabe destacar o parecer do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil — IAIB, de 27 de dezembro de 1979:

“ O IAIB comunica aos seus associados sua opinião a propósito dos aspectos contábeis e de auditoria face ao Decreto-lei n.º 1.733, de 20 de dezembro de 1979. O referido Decreto-lei aponta o procedimento contábil a ser seguido como condição à dedução fiscal de prejuízo de câmbio não realizados, omitindo a possibilidade de ser utilizado o “Livro de Apuração do Lucro Real”, como seria desejável para permitir que os livros contábeis apresentassem os resultados econômicos de conformidade com os princípios de contabilidade, inclusive para a determinação de dividendos a pagar. Aspectos Contábeis: 1 — Contabilização de perda cambial em excesso à variação das ORTN’S — O IAIB reafirma que o princípio contábil de aceitação e uso geral é o de registrar de imediato, como despesa, qualquer perda conhecida ou estimada . . . ”

Os argumentos para não se diferir o excesso das despesas de variação cambial, conforme determinava o Decreto-lei n.º 1.733, foram tão fortes que em 15 de janeiro de 1980, a portaria n.º 48 do Ministério da Fazenda admitiu o registro desse encargo como despesa do exercício, determinando que o controle do excesso prescrito no referido Decreto-lei fosse feito através do Livro de Apuração do Lucro Real.

O item II da referida portaria diz o seguinte:

“ O valor do excesso, computado como despesa na forma do inciso anterior, será adicionado ao lucro líquido do exercício correspondente, devendo ser registrado no Livro de apuração do Lucro Real para efeito de amortização nos exercícios subsequentes.”

6.3 – Variação Cambial e o Índice Geral de Preços

Nas páginas anteriores deste trabalho, procurou-se demonstrar que a variação do Índice Geral de Preços apresenta tendência de ser superior a variação da taxa cambial. Ocorre que no ano de 1979 essa tendência registrou grande retrocesso pois, enquanto a taxa cambial variou 103% o Índice Geral de Preços variou 77%.

Para efeito de comparação deve ser salientado que a variação da taxa cambial, no período novembro-78/79 foi de 60% enquanto o índice geral de preços cresceu, no mesmo período, 68%. Claro está que a inversão no comportamento de crescimento do índice geral de preços e taxa cambial foi decorrente da maxidesvalorização do cruzeiro, ocorrida durante o mês de dezembro de 1979.

Não é de se esperar que o crescimento da variação da taxa cambial, para os próximos anos, seja superior ao crescimento do índice geral de preços. As razões principais para esta expectativa estão baseadas em aspectos técnicos, como por exemplo que a diferença entre a inflação interna de um país e o crescimento da taxa de câmbio deve ser a média das taxas de inflação dos países que comerciam com esse próprio país.

Deve-se também considerar que os detentores do controle da política monetária do país, pretendem manter a política de miniajustamentos efetuando reajustes nas taxas de câmbio menores do que o crescimento dos preços. Isto pode ser confirmado pela decisão do Conselho Monetário Nacional que, em reunião realizada a 16 de janeiro de 1980, decidiu que durante o ano de 1980 a taxa cambial não deverá ser ajustada em mais do que 40%, o que significa que até dezembro de 1980 o dólar deverá custar no máximo Cr\$ 60,00. Para esse período, as estimativas mais otimistas preveem um crescimento da ordem de 70% para o índice geral de preços.

Estas perspectivas, aliadas aos conceitos técnicos, vistos anteriormente, fortalecem ainda mais a necessidade de se corrigir as demonstrações financeiras antes de se efetuar a conversão.

CONCLUSÕES

As conclusões a que chegamos foram evidenciadas no próprio texto. Para se ter uma clareza ainda maior e objetivando apresentar uma visão geral do que foi tratado neste trabalho, a seguir apresentamo-las, de forma condensada.

- 1) Os princípios de contabilidade geralmente aceitos ainda estão cercados de algumas restrições e uma delas é a não adoção de mecanismos que possam atualizar os preços contidos nos registros contábeis;
- 2) a sistemática atual brasileira de correção monetária, mesmo sendo de fácil elaboração e de técnica quase perfeita, ainda apresenta algumas restrições. Some-se a isto o fato de não ser a correção monetária um princípio de contabilidade reconhecido mundialmente;
- 3) com as grandes empresas passando a se instalar e operar em outros países, a necessidade de se ter demonstrações financeiras consolidadas foi se tornando cada vez mais premente. Isto, praticamente, obrigou os estudiosos de contabilidade a criarem mecanismos de conversão de demonstrações financeiras necessários às novas expectativas;
- 4) os critérios de conversão existentes apresentam vários aspectos que os caracterizam. Todos os métodos apresentam virtudes e defeitos, mas o recomendado pelo FASB para as empresas norte-americanas é o Temporal;
- 5) a correção das demonstrações financeiras, efetuada pelo índice geral de preços, propicia a apuração de resultados mais condizentes com a realidade econômica do país. Isto conseqüentemente oferecerá um instrumental mais valioso aos administradores para a tomada de decisões. Ressalve-se aqui que outros métodos de correção, tais como Custos Correntes ou Custos Correntes Corrigidos poderão apresentar resultados ainda mais primorosos para as tomadas de decisões;
- 6) a necessidade de se converter demonstrações financeiras aliada à obtenção de melhores informações, conseguidas através de correção pelo índice geral de preços, nos dá plena certeza que o sistema proposto de conversão apresenta resultados que po-

derão ser muito mais úteis aos usuários das informações financeiras;

- 7) a forma proposta de conversão, isto é, conversão após a correção pelo nível geral de preços é de elaboração bastante simples e não exigirá muitas outras informações adicionais às já existentes. A este fato deve ser adicionado que as informações obtidas serão de melhor qualidade;
- 8) a política cambial adotada no país é muito importante, e poderá ter influência nos resultados da conversão, exigindo dos responsáveis pelas conversões financeiras constante estudo do comportamento dessa política.

ABSTRACT

The purpose of this work is to obtain better information from financial statements converted into foreign currency. It is mainly based on price fluctuations occurring in the market and its influence on accounting information.

We can divide this work into 3 sections. The *first* section presents some generally accepted accounting principles, and the principal methods of conversion of financial statements, providing the necessary theoretical basis. The *second* analyses the evolution of various systems of correction used in Brazil and compare them to the price level accounting technique. The *third* section presents a simulated real case following all the generally accepted accounting principles in accordance with the present legislation. Then, the statements are converted into foreign currency through the traditional way, using the temporal method, and in the new proposed form, i. e., making the conversion of the values corrected by the general price level.

The results obtained from the practical example show that the change in the price level has real effect and, therefore, cannot be ignored, if one desires better information about the economic situation.

BIBLIOGRAFIA

ANTHONY, Robert N. *Contabilidade gerencial*. São Paulo, Ed. Atlas, 1972.

HENDRIKSEN, Eldon S. *Accounting theory*. Illinois, R.D. Irwin, 1977.

IUDICIBUS, Sergio de. *Análise de balanços* 2.ed. São Paulo, Ed. Atlas, 1978.

-----, *Contabilidade gerencial*. São Paulo, Ed. Atlas, 1976.

-----, *Teoria da contabilidade*. São Paulo, Ed. Atlas, 1980.

-----, *Contribuição à teoria dos ajustamentos contábeis*. São Paulo, FEA-USP, 1966.

IUDICIBUS, Sergio de et alii. *Manual de contabilidade das sociedades por ações*. São Paulo, Ed. Atlas, 1979.

IUDICIBUS, Sergio de et alii. *Contabilidade introdutória*. São Paulo, Ed. Atlas, 1973.

LORENSEN, Leonard. *Reporting foreign operations of U.S. companies in U.S. dollars*. N.Y., American Institute of Certified Public Accountants, 1972.
(Accounting Research Study, no. 12)

MARTINS, Eliseu. *Contabilidade de custos*. São Paulo, Ed. Atlas, 1978.

-----, *Aspectos do lucro e da alavancagem financeira no Brasil*. São Paulo, FEA, 1979.

NEWTON, Enrique Fowler. *El ajuste de estados contables por inflación*. Buenos Aires, Ediciones Contabilidad Moderna, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACCOUNTING standards for business enterprises throughout the world. U.S.A. Arthur Andersen e Co., 1974.

OBJECTIVES of financial statements. U.S.A. Arthur Andersen e Co., 1972.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Os efeitos das minedesvalorizações da taxa de câmbio sobre as exportações brasileiras. Rio de Janeiro, FGV., 1974. *Separata da Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, Nov.-Dez./1974.

ACCOUNTING for the translation of foreign currency transactions and foreign currency financial statements. *In: Statement of financial accounting standards n.o 8*. Stanford, Financial Accounting Standards Board, Oct. 1975.

FINANCIAL statements restated for general price-level changes. *In: Statement of the accounting principles board n.o 3*. N.Y., American Institute of Certified Public Accountants, June. 1969.

OBJECTIVES of financial statements. *In: Report of the study group on the objectives of financial statements*. N.Y., American Institute of Certified Public Accountants, Oct. 1973.

REPORTING the financial effects of price-level changes. *In: Accounting Research Study n.o 6*. N.Y., American Institute of Certified Public Accountants, 1963.